



Marília Veríssimo Veronese

É a minha opinião!
Textos em veículos midiáticos



“É a minha opinião!”

Não sei quanto a você, leitor/a, mas essa frase costuma me causar um mal-estar muito grande. Geralmente ela precisa ser emitida para justificar algo que tenha soado estranho, absurdo, esdrúxulo ou preconceituoso. Vamos, portanto, problematizá-la, em tempos de pós-verdade.

Marília Veríssimo Veronese



Marília Veríssimo Veronese

É A MINHA OPINIÃO!

Textos em veículos midiáticos

CASA LEIRIA
SÃO LEOPOLDO/RS
2023

É A MINHA OPINIÃO! TEXTOS EM VEÍCULOS MIDIÁTICOS

Marília Veríssimo Veronese

Capa: Casa Leiria

O texto é de responsabilidade da autora.

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida,
desde que citada a fonte.

DOI: <https://doi.org/10.29327/5336769>

Ficha catalográfica

V549m Veronese, Marília Veríssimo
É a minha opinião! : textos em veículos midiáticos [recurso eletrônico]. / por Marília Veríssimo Veronese. – São Leopoldo: Casa Leiria, 2023.

Disponível em: <<http://www.guaritadigital.com.br/casaleiria/acervo/cienciassociais/eaminhaopinioao/index.html>>

ISBN 978-85-9509-104-7

1. Sociologia – Veículos midiáticos – Brasil. 2. Veículos midiáticos – Vida social e política – Brasil. 3. Comunicação – Sociologia. I. Título.

CDU316.7 (81)

Catálogo na Publicação
Bibliotecária: Carla Inês Costa dos Santos – CRB 10/973

DEDICATÓRIA

Dedico este livro às e aos intelectuais públicos que, no início desta terceira década do século XXI, se expõem e defendem ideias e valores que lhes são caros, mesmo em um contexto de intolerância, agressões e violências virtuais e presenciais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço àqueles que me convidaram para escrever em veículos midiáticos: Moisés Mendes, Benedito Tadeu César, Andres Vince e Gilmar Rodrigues. Como a memória não anda boa, se esqueci de alguém, peço desculpas e agradeço também!

“O jargão assombra a vida de muita gente, limitando o alcance público da reflexão”

Márcia Tiburi

SUMÁRIO

13	Prefácio
14	Introdução
23	Textos em veículos de mídias
24	Jornal Zero Hora
29	Jornal Já
71	Fase pandêmica sem condições de manter colunas, somente textos ocasionais
72	Humanoides, Paradoxos e Jacarés (Publicado na revista eletrônica Ignorância Times n. 11, em 2020)
79	Considerações finais – muito provisórias, já que o barco segue navegando na tempestade, e o trem correndo a toda velocidade
84	Referências

PREFÁCIO

Quando convidei a Marília Veronese para escrever uma coluna no *Jornal Já*, em 2016, num espaço reservado para o Comitê em Defesa da Democracia e do Estado Democrático de Direito, eu já conhecia sua produção acadêmica e seus textos nas redes sociais e, portanto, sabia de sua capacidade de escrever de forma clara e objetiva, capaz de cativar também o leitor de fora do meio acadêmico.

Marília aceitou prontamente meu convite, enfrentou o desafio e seus textos para o *Já* fizeram sucesso imediato, integrando o grupo dos mais lidos naquele período.

Marília vem escrevendo em diversos veículos de comunicação social sobre temas de sua área, as ciências sociais, como a desigualdade e a pobreza, o autoritarismo e a democracia, e sobre temas comportamentais, como gênero e racismo, sempre com o mesmo vigor, capacidade analítica e de se fazer entender de forma cativante.

Essa é uma qualidade rara no meio acadêmico, onde a busca do rigor analítico faz com que os autores se armem de precauções, citações e conceitos herméticos, que são essenciais à produção científica, mas descabidos em textos para os leitores não especializados.

Marília é uma autora engajada, mas faz isso sem perder a objetividade analítica e sem se deixar arrastar apenas pela emoção. A emoção está presente, mas em diálogo constante com os argumentos e os dados.

Neste livro, que reúne parte da produção textual de Marília para as mídias digitais ou impressas, o leitor encontrará, mais do que simples “opiniões” sobre assuntos variados, interpretações embasadas em sólido conhecimento na sua área de domínio acadêmico, escritas de forma acessível a todos e todas e, mais do que isso, com graça, alegria e comprometimento social.

Porto Alegre, dezembro de 2023.

Benedito Tadeu César

Cientista político e Coordenador do Comitê em Defesa da Democracia e do Estado Democrático de Direito e da Rede Estação Democracia.

INTRODUÇÃO

É a minha opinião! Não sei quanto a você, leitor/a, mas essa frase costuma me causar um mal-estar muito grande. Geralmente ela precisa ser emitida para justificar algo que tenha soado estranho, absurdo, esdrúxulo ou preconceituoso. Vamos, portanto, problematizá-la, em tempos de pós-verdade.

A pós-verdade, em 2016, foi escolhida pelo Oxford Dictionaries como “a palavra do ano”, ou seja, a mais socialmente significativa daquele ano que teve ampla disseminação de notícias falsas, por ocasião da campanha do BREXIT e da eleição de Donald Trump nos Estados Unidos da América do Norte. A palavra alude a uma situação em que as pessoas acreditam não em fatos, concretos e evidenciados, mas em experiências ou relatos individuais, que fazem apelo às emoções e crenças, gerando processos de identificação. A pós-verdade é um conteúdo que distorce um fato e cria fantasias em torno dele, alterando seu sentido original. O apego às convicções pessoais é acompanhado por certo ceticismo em relação às fontes ditas “oficiais” (Guareschi; Amon; Guerra, 2017).

Existem assuntos, dentre as tantas coisas do mundo, que são mesmo questão de opinião. No Rio Grande do Sul, eu prefiro o Internacional, mas muita gente prefere o Grêmio... vá entender, mas respeito sua preferência. Eu amo Beatles desde que estava na barriga da minha mãe, já que minha irmã mais velha, no final dos anos sessenta, quando nasci, tocava seus discos na “eletrola” e assim me criei, ouvindo Beatles (na banda e na carreira solo). Também escutava, por obra de irmãos/ãs que chegaram antes de mim, músicos e bandas como Mutantes, Secos e Molhados, Led Zeppelin, Yes, Pink Floyd, Emerson, Lake & Palmer, Alice Cooper, Simon & Garfunkel, David Bowie etc. Então, para mim, a melhor música, a que mais gosto de ouvir, é o rock’n’roll. Vem de berço, passa a correr nas veias... até hoje, aos 55 anos, sou grande apreciadora do gênero e amo escutar meus vinis, CDs, MP3, rádio... Quando vejo alguém dizer que não gosta e prefere escutar sertanejo universitário, ou pagode, ou bate-estaca, posso até estremecer de horror..., mas engulo em seco, disfarço e respeito a escolha do

outro. Por quê? Porque *isso é mesmo uma questão de opinião!* De preferências, gostos que não têm maiores implicações na vida das outras pessoas, desde que o volume em que escutam suas músicas prediletas seja razoável.

A discussão até poderia enveredar para o conceito da “distinção” de Pierre Bourdieu, mas não é esse o caso. Aqui basta evocar o senso comum (*old, good common sense*) em sua face de razoabilidade: é opinião e pronto, respeito mesmo que seja diferente da minha, e não me considero melhor nem pior do que ninguém, apenas diferente. Os exemplos são muitos, dada a pluralidade dos gostos, e poderiam ser enumerados às dezenas: o que vestir, gêneros literários, gostos culinários, preferências cinematográficas, qual a melhor marca de cerveja, se prefere vinho branco ou tinto, o melhor lugar para passear, para dançar etc., etc. e etc. Ou seja: questão de opinião.

A opinião não é uma categoria universal, como afirmou Pierre Laborie (2009) na tentativa de defini-la, mas sim uma construção singular, que resulta de uma história individual e coletiva e que, quando compartilhada, gera representações mais ou menos precisas do real; mas que terá status de realidade para o sujeito que dela está convencido/a. Laborie ainda levanta outras interrogações acerca da relação entre opinião, memória e elementos como mídia e esfera pública: “Como se efetuam a apropriação coletiva de um discurso da memória e sua transformação em vulgata difundida pela opinião? Que acontece quando os usos sociais transformam a memória em objeto de opinião? Que sucede com essa memória e seu estatuto histórico quando ela se torna uma questão de opinião?” (Laborie, 2009, p. 6).

As opiniões dependem de interpretação do mundo e, nesse sentido, quando não encontram eco, legitimidade e confirmação, tendem a justificar-se por si mesmas; como se fosse um direito reservado a cada indivíduo manifestar a *sua* versão do real. Toda a zona cinzenta que existe entre as experiências de um/a e de outro/a não pode ser plenamente compartilhada. A intersubjetividade tem seus limites, e os processos de comunicação e entendimento mútuo também. A fabricação da opinião – e suas formas de manifestar-se, por exemplo, nas “pes-

quisas de opinião pública” – envolve tensões e contradições e tem múltiplas racionalidades. A princípio, qualquer opinião valeria enquanto espaço individual de direito de pensamento e de expressão. Mas não é tão simples assim, especialmente em tempos de pós-verdade e de mentiras veiculadas em sites oficiais da República (que poderão ser apagadas, quando apontadas; e nada acontecerá, no Brasil de 2021, em que escrevo este texto).

E, também, especialmente quando o que está posto é questão de **consensos mínimos necessários para a vida coletiva e para a preservação de valores fundamentais, civilizacionais**. Nessas esferas, meus caros e caras, não é *apenas uma questão de opinião*. Passa a ser uma questão de dignidade básica, da ética do bem comum, ou mesmo de um consenso estabelecido por sólidas evidências científicas, necessários ao viver coletivo humano. Aqui posso citar exemplos: a terra é redonda, as vacinas salvam vidas ao erradicar doenças (exemplo da varíola, poliomielite, sarampo e outras). A tortura é hedionda (e crime inafiançável por um bom motivo), racismo é um preconceito indigno e todas as origens étnico-raciais são igualmente dignas e respeitáveis. Armas de fogo aumentam as tragédias e mortes onde circulam livremente entre mãos não treinadas para usá-las e ficam acessíveis a crianças e jovens. Os dois sexos e todas as manifestações das identidades de gênero, embora tenham diferenças entre si, são igualmente legítimas, partes da diversidade da espécie humana; espancar, maltratar e até matar pessoas em função de suas características sexuais e de gênero é crime inadmissível. Existe homossexualidade também entre outras espécies, então não há nada de errado com esse comportamento, ele faz parte da natureza; negar isso é negar a realidade biológica da manifestação das espécies, sua condição filogenética, e não uma “opinião contrária”.

Também aqui poder-se-ia ir longe nos exemplos; mas o argumento fundamental é que, quando se trata de consensos básicos sobre a dignidade das pessoas, sobre seu direito a uma existência digna, não se pode usar a famosa frase “é a minha opinião!!!” para justificar despautérios, que podem inclusive

adentrar a esfera criminal, no caso de manifestações racistas ou a favor da tortura. Em um contexto de democracia e pluralismo político, certas “opiniões” podem significar discurso de ódio, e devem ser coibidas de alguma maneira, sob pena de nos depararmos com o paradoxo apontado por Karl Popper: tolerar os intolerantes e seus disparates levaria à destruição de uma sociedade livre e tolerante (Popper, 2013).

O chamado paradoxo da tolerância foi colocado por Karl Popper em seu livro *The Open Society and Its Enemies*, publicado no ano da derrocada do nazifascismo; para ele, a tolerância ilimitada teria riscos reais de levar ao desaparecimento da própria tolerância, necessária para a vida comum. E ele era um “bom burguês, bem assentado”, como disse o saudoso José Paulo Bisol ao citá-lo, numa palestra. Assim, o direito à proibição das ideias intolerantes poderia ser reivindicado em nome da defesa da sociedade (Gomes, 2021). Mesmo assim, há um extenso debate acerca desse tema, nos campos jurídico, comunicacional, sociológico e filosófico. Não vou aqui entrar nessa seara, tendo esta introdução apenas o objetivo de refletir brevemente sobre o tema dos chamados artigos de opinião.

Entre uma coisa e outra – gostos e preferências x consensos básicos necessários para a vida coletiva – há um vasto e complexo campo que envolve as visões de mundo, os ambientes tipificados onde vivemos e nos formamos, as ideias, as propostas, as manifestações que trazem inovação ou que mantêm tradições. É terreno minado, cheio de possibilidades de acertos e enganos, emaranhado complexo. Para navegar esses mares incertos, uma coisa me parece certa: é preciso justificar, argumentar e fundamentar muito bem nossas interpretações do mundo. Isso sem pretender que se obscureça no debate a questão dos afetos, ou assumir uma perspectiva de ação comunicativa habermasiana, cujos limites são justamente os afetos humanos e sua “irracionalidade”, ou racionalidade própria, distinta da do cogito puro.

Conforme Nunes (2022), afetos – ou a forma que as pessoas afetam ou são afetadas – têm a ver com sensações de prazer e desprazer, medos, fantasias, desejos, contextos familiares/comunitários, que produzem repulsa ou admira-

ção, impulsos violentos ou amorosos. Sem falar da velha força inercial dos hábitos arraigados, da tendência em repetir e seguir fazendo as mesmas coisas, como a psicanálise aponta. Não ignoro nada disso, apenas considero possível que se faça valer um senso comum compromissado com a ideia de **bem comum** e uma dose mínima de responsabilidade social a ser exigida de pessoas e organizações.

Opiniões bem fundamentadas, justificadas por argumentos qualificados, caracterizariam o “novo senso comum” que desejava Boaventura de Sousa Santos. O sociólogo português imagina uma transformação qualitativa do senso comum, no sentido emancipatório, num senso comum solidário, participativo, reencantado. Não é fácil operar essa mudança. O senso comum é valorativo (faz juízo de valor) e impreciso; não precisa de fundamentação, posto que é crença; tenta a todo custo reconciliar a consciência com o que existe, com as convenções. Extrapola suas convicções e condena o que não lhe parece “direito, correto”. Assim, pode tornar-se preconceituoso, hostil ao diferente, obstinado com a adaptação a todo custo, e resistente com as mudanças. Diz Boaventura:

uma utopia tão pragmática quanto o próprio senso comum, não é uma tarefa fácil, nem uma tarefa que alguma vez possa concluir-se. É este reconhecimento, à partida, da infinitude que faz dela uma tarefa verdadeiramente digna dos humanos (Santos, 2018, p. 135).

As ciências sociais têm um papel importante em termos de impactar no senso comum para, com ele dialogando, modificá-lo – e serem modificadas por ele, quando isso for renovador. É preciso que o conhecimento nas ciências sociais e humanidades reconciliem-se com o senso comum, hibridizando saberes rumo a um senso comum emancipatório, aberto à alteridade. Conforme o próprio autor supracitado, não é desejável ter do senso comum uma concepção fixista. Trata-se de atenuar o desnivelamento entre o discurso da ciência e o discurso do senso comum, evitando que a prática seja uma dimensão da técnica e rearranjando a relação adaptação/criatividade (Veronese, 2004).

Há uma diferença insolúvel entre ciência e senso comum, porque são *tipos* de saberes diferentes, que respondem a distintas necessidades humanas. Contudo, acredito que podem dialogar, qualificando um ao outro: a ciência “cai” no mundo da vida, de onde nunca deveria ter saído, para melhorá-lo; o senso comum torna-se mais plural, crítico e reflexivo. Para conseguir concretizar esse desafio, há que ser uma ciência inter e transdisciplinar, sensível à “miséria do mundo” (Bourdieu, 1999), criativa e propositiva.

A figura do/da intelectual público/a é definida como aquele/a pensador/a que escreve em jornais, revistas não científicas, concede entrevistas, comenta acontecimentos, é cronista em veículos midiáticos, mantém blogs e perfis em redes digitais para divulgação da ciência. Seria quem expõe publicamente seu conhecimento, mas também suas opiniões, defendendo as ideias que considera justas, para (in)formar a opinião pública. Nesse sentido, nem toda pessoa que domina as letras será um intelectual. Mesmo a maior erudição, quando guardada para si, não propicia o compartilhamento do saber. O estatuto intelectual está ligado à atuação pública, ao enfrentamento das eventuais guerras de opiniões que se dão, hoje, primordialmente em ambientes virtuais de interação.

Existem muitos exemplos de pessoas que têm essa visibilidade, no meu campo de atuação. Só para ficar no Brasil e nas humanidades, cito Rosana Pinheiro-Machado, Marcia Tiburi e Débora Diniz. São o que Olsen (1997) chamaria de “formadoras de opinião horizontais”, pessoas que não possuem propriedade formal de meios midiáticos, mas são por eles procuradas por terem destaque em suas áreas de atuação. Não se trata de eventual carisma de “influenciadores” da cultura digital, mas de uma enunciação qualificada que as faz interessantes para comunidades de audiência ou leitura mais ou menos amplas. Todas elas utilizam espaços de emissão de ideias e princípios éticos, conferidos pelos meios de comunicação de largo alcance. Elas podem abrir perspectivas de análise e de previsão dos cenários futuros, especialmente em contextos adversos e de enorme incerteza, como o que vivenciamos no Brasil pandêmico de 2020-2022.

A análise de Costa (2019) destaca que, historicamente, o conceito/categoria de intelectual público traz quase sempre exemplos de intelectuais homens e até por isso trouxe exemplos atuais de mulheres. Isso encontraria explicação nas naturalizações históricas de desigualdades socialmente construídas. Contudo, a autora acrescenta que houve alguns exemplos que se pode recuperar do século das luzes, como Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft, citando dois deles.

Olympe de Gouges escreve a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791) como resposta à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789). Mary Wollstonecraft escreve Reivindicação dos Direitos da Mulher (1792). Ambas as autoras, contemporâneas da Revolução Francesa, podem ser vistas como intelectuais públicas: elas ‘entram’ na ‘esfera pública’ da sua época, escrevendo panfletos ou livros – as suas posições são divulgadas amplamente no meio por elas frequentadas (Costa, 2019, p. 178).

Em busca de uma definição no âmbito sociológico, encontro uma de caráter marxista: “[...] produtores diretos da esfera ideológica, os criadores de produtos ideológico-culturais”, o que engloba “escritores, artistas, poetas, filósofos, sábios, pesquisadores, publicistas, teólogos, certos tipos de jornalistas, certos tipos de professores e estudantes etc.” (Löwy, 1976, p. 1-2).

Para Perlatto (2015), vários pensadores procuraram refletir sobre o significado do conceito, para responder a questões como a relação dos intelectuais com o Estado, com a política, com as frações de classes sociais e os variados grupos de interesse da sociedade.

Também tive meus momentos, mesmo de forma muitíssimo mais modesta do que as colegas ou as figuras históricas que citei acima; mesmo assim, gostei da ideia de um livro que reunisse o que costumamos chamar de “textos de opinião”. Este gênero pode ter várias acepções. Quanto mais bem fundamentada é uma opinião, mais qualificada ela será, e mais esforço demandará refutá-la. É por isso que o debate público é importante, pois mobiliza esforços de argumentação. Não se trata de valorizar achismos ao léu, mas de levantar bons argu-

mentos através de leitura crítica do contexto social. De uma tentativa de *dialogia* (estabelecimento de diálogo) com outras perspectivas sobre a realidade.

Este livro serve também para trazer esses trabalhos dispersos em vários veículos, que não contam quase nada em termos de avaliação no Currículo Lattes, mas que são uma tentativa de abrir um debate com uma audiência mais ampla do que a acadêmica. São textos nos quais, eventualmente, cito referências bibliográficas científicas, mas cuja linguagem é muito mais livre, as vezes até irreverente (tirem as crianças da sala!). É bom escrever assim, sem as amarras formais do texto científico. Todos eles fazem referência a um contexto específico, relativo às datas em que foram escritos e publicados. Algumas passagens podem estar datadas, tendo os eventos de referência se perdido no tempo; mas são suficientemente recentes para serem interpretados à luz da realidade brasileira dos últimos seis ou sete anos (período 2015-2022). As fontes bibliográficas, da internet e outras, eventualmente utilizadas, estão logo abaixo do texto, como na versão originalmente publicada.

Esse tipo de linguagem implica numa assimilação mais rápida que a da ciência social, na vida cotidiana dos sujeitos. Circulação de ideias e interpretações do mundo vindas de vários lugares, expressas por um conjunto polifônico de vozes, se misturam numa esfera pública virtual caótica, que se (des)organiza de forma labiríntica. São textos, imagens, vídeos não submetidos ao rigor das avaliações por pares (*blind peer review*), mas tão somente à apreciação de alguém que se responsabiliza pela edição do veículo que os acolhe. Nesse sentido, são lidos e recebidos de modo bastante diferente daqueles publicados em periódicos científicos.

Começo essa coletânea por um texto publicado no jornal Zero Hora, de Porto Alegre, a convite do amigo jornalista Moisés Mendes, que aderiu à campanha #AgoraÉQueSãoElas, na qual colunistas homens cederam seus espaços de visibilidade a uma mulher. Fiquei feliz e honrada com o convite, no já distante ano de 2015.

Em seguida, um outro texto publicado no Jornal ZH, versando sobre os catadores de material reciclável urbano e a urgente necessidade de valorizar essa categoria profissional, com a qual convivi por cerca de três anos, pesquisando *com* eles/as, ao seu lado (e não *sobre* eles).

Na sequência, apresento os textos da coluna publicada no Jornal Já, iniciando por um que, à época de sua publicação, viralizou, cumprindo assim parte do que eu esperava dele. Finalmente, a mais recente, na revista Ignorância Times a convite do amigo Gilmar Rodrigues. Espero que sirvam como um documento de sua época, que nos lembre, no futuro, os afetos e as reflexões críticas que marcaram seu momento de produção.

TEXTOS EM VEÍCULOS DE MÍDIAS

JORNAL ZERO HORA

Decapitadas em nome das luzes (14/11/2015)

A professora Marília Veríssimo Veronese escreve sobre a onda conservadora contra as mulheres e imagina o dia em que até a guilhotina pode estar de volta.

O texto que publico hoje foi escrito pela professora Marília Veríssimo Veronese. Cedo o espaço, com muita honra, em nome do movimento #AgoraÉQueSãoElas, de reafirmação dos direitos das mulheres. Marília é docente e pesquisadora do programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Unisinos. (Moisés Mendes, colunista)

Fico pensando se, em tempos de deputados que ignoram a importância da filósofa existencialista Simone de Beauvoir para o conhecimento – e parecem ter orgulho de sua ignorância –, alguém lembra quem foi Olympe de Gouges.

Essa moça, em 1791, propôs a Declaração de Direitos da Mulher e da Cidadã, para igualar-se à Declaração dos Direitos do Homem, aprovada pela Assembleia Nacional durante a revolução francesa. Opôs-se abertamente a Robespierre e acabou na guilhotina, em 1793, condenada como “contrarrevolucionária” e mulher “desnaturada”.

Ela inspirou minha formação política, sobre a inadequação da concepção das mulheres como um grupo homogêneo e passivo. Ou pior: divididas entre as “direitas” e as “degeneradas”, “para casar” e “para se aproveitar”. Essa distorção, ainda reforçada no senso comum, reproduz formas de masculinidade violenta, presentes em distintos modos de violência verbal, institucional e sexual. Seu pior e mais trágico produto é o feminicídio.

Uma forma de violência institucional é midiática: certas manifestações de “comediantes” e “ex-músicos” com a carreira decadente, por exemplo, nada têm a ver com liberdade de expressão, mas sim com uma cultura de ódio; classista, machista, racista e protofascista. Alguns me advertem: “Não banalize a palavra fascismo! Nem tudo cabe nela”. Então, uso o

termo protofascismo, que é um estágio precedente – e perigoso – do pensamento e das práticas fascistas.

Repensar a produção na área da indústria cultural – inclusive a indústria pornográfica, consumida por jovens de ambos os sexos e todos os gêneros – para que não seja um festival de incentivo à violência/subjugação, pedofilia e desigualdade de poder é uma questão hoje colocada para construirmos uma cultura da paz, inclusive nas práticas sexuais.

Toda produção midiática é veículo de cultura. Nunca se trata “só de uma piada”, mas de modelos de identificação que reforçam estereótipos e desigualdades nas práticas cotidianas; estas sempre se calcam em um modo de pensar, de conceber as pessoas.

Evitando a erotização da subjugação feminina ou infantil, quem sabe evitamos também práticas violentas. O erótico é o que define o sexo como diferença significativa, enriquecedora e onde cabe a descoberta do outro, com toda a ludicidade que potencialmente guarda. Já a desigualdade tende a ser ruim e nela geralmente está contida a opressão do outro, seja criança, mulher, negro, indígena, pessoa com deficiência, travesti, transgênero.

O gênero, aliás, é uma das formas nas quais a sexualidade é mais vigiada, dado o constante reforço do sistema binário (masculino x feminino) como forma de controle.

Se a bancada conservadora no Congresso nacional continuar sua cruzada de retorno à Idade Média, penso que em breve a guilhotina será adotada no Brasil. E nós, feministas, decapitadas como Olympe de Gouges o foi em pleno século das luzes! O que mostra o eterno retorno do recalcado e a necessidade de retomarmos o pensamento de mulheres e homens como Gouges, Nietzsche, Beauvoir.

A circularidade nos atormenta, e só o pensamento crítico e reflexivo pode nos fazer avançar como humanidade, em termos políticos, éticos e de conhecimento.

Originalmente disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniaao/noticia/2015/11/decapitadas-em-nome-das-luzes-4902500.html>.

Ainda no jornal gaúcho *Zero Hora*, da rede RBS, publiquei um texto encomendado pelo setor de marketing da Unisinos, para atender à demanda da mídia por artigos de opinião de suas/seus professoras/es.

Pela dignidade dos catadores (16/08/2018)

Categoria formada por estimados 800 mil profissionais no país tem dificuldade para atingir a cidadania plena, estigmatizada pelo trabalho com resíduos.

O catador de material reciclável urbano é a base da cadeia produtiva da reciclagem em nosso país. O Brasil promulgou políticas públicas para o fortalecimento dos catadores e suas organizações associativas: a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e o Programa Pró-Catador. A aprovação da PNRS do Brasil, Lei Federal n.º 12.305/2010, constituiu um marco legal regulatório para a gestão integrada de resíduos sólidos e lançou novos desafios para a implantação e o aprimoramento da coleta seletiva nos municípios brasileiros.

Embora a gestão dos resíduos sólidos urbanos seja uma atribuição municipal, a PNRS estabelece mecanismos de indução desse modelo de coleta seletiva por meio de recursos econômicos para municípios que elaborarem seus Planos de Gestão Integrada de Resíduos seguindo essa diretriz. Entretanto, inúmeras dificuldades nos municípios geram atrasos na implementação, e quem mais sofre os efeitos da demora são os homens e as mulheres que se dedicam à catação. Esses trabalhadores vivenciam condições de vida ainda precárias, na periferia das grandes cidades. Os espaços sociais nos quais circulam, geralmente, os estigmatizam. A inserção econômica é limitada, e a renda obtida, nem sempre suficiente para garantir vida digna às famílias.

Contudo, a categoria profissional dos catadores organiza-se e luta pelo reconhecimento social da sua profissão, devidamente registrada no Código Brasileiro de Ocupações sob o número 5192-05: catador de material reciclável. As atribuições desses profissionais, segundo o código, são: “Catam, selecionam

e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis. As cooperativas de trabalhadores ministram treinamentos a seus cooperados, tais como cursos de segurança no trabalho, meio ambiente, dentre outros. O trabalho é exercido por profissionais que se organizam de forma autônoma ou em cooperativas. O trabalhador é exposto a variações climáticas, a riscos de acidente na manipulação do material, a acidentes de trânsito e à violência urbana. Nas cooperativas surgem especializações do trabalho que tendem a aumentar o número de postos, como os de separador, triador e enfardador”.

Quem faz o trabalho de base, catando e separando material com potencial de reciclabilidade, evitando sérios problemas ambientais decorrentes da decomposição do lixo, é o/a catador/a. Por que esse trabalhador, tão importante para o meio urbano, não consegue atingir a plena cidadania, segurança, renda digna, amparo social e estima entre os membros estendidos da sua comunidade? Esse é um problema social e ético-moral que a sociedade brasileira precisa enfrentar.

Os catadores, por meio do Primeiro Encontro Nacional de Catadores de Papel e Material Reaproveitável, reunindo ONGs, Poder Público e Setor Privado, realizado na cidade de Belo Horizonte, em 1999, criaram oficialmente o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). O movimento estima que, aproximadamente, oitocentos mil catadores estejam em atividade no Brasil. Esse movimento social agrega a categoria para lutar por melhores condições de trabalho e vida, almejando dignidade a partir de uma valorização maior como base da cadeia produtiva da reciclagem. Lidam com o lixo, tornando-se alquimistas da sua transformação em trabalho, renda, dignidade e responsabilidade ambiental. É muito importante que participemos do processo, separando corretamente o lixo doméstico e empresarial e facilitando seu recolhimento.

Se procurarmos no dicionário online de sinônimos, encontraremos as seguintes entradas para a palavra “lixo”: “Escória, gentalha, plebe, ralé”. São palavras pejorativas que apontam para a desumanização contida nos processos de exclusão social, e por vezes o catador fica simbolicamente associado ao

lixo que recolhe. Pois os catadores e as catadoras organizados recusam essa pecha, alquimistas que são. Transformam-na e transmutam-na em outro sentido: o da valorização e do orgulho de quem suporta nas costas, nos músculos do corpo, na inteligência do cérebro e na potência da subjetividade a base da cadeia produtiva de reciclagem no Brasil. Por mais que vivenciem inúmeras dificuldades e precariedades, estão se movendo na direção de um futuro no qual interferem cada vez mais. Toda a sociedade precisa engajar-se nesse processo e apoiar essa importante e valorosa categoria profissional.

Originalmente disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/ambiente/noticia/2018/08/pela-dignidade-dos-catadores-cjkvjirb301qz01n0stat6mcr.html>.

JORNAL JÁ

Agora, segue uma sequência de textos da coluna que mantive por cerca de dois anos na versão eletrônica do *Jornal Já*, tradicional veículo da imprensa alternativa em Porto Alegre-RS.

Eu e Jean, Jean e eu, ou: As trajetórias de vida e a (im) possibilidade de desenvolver uma cosmovisão crítico-reflexiva (03/05/2016)

Eu perguntava a mim mesma... de onde vem essa identificação incrível que tenho com o [deputado federal] Jean Wyllys? Tudo foi diferente em nossas vidas, pelo menos até a fase adulta. Ele homem, eu mulher. Ele gay, eu hétero. Ele de Alagoinhas na Bahia, eu de Porto Alegre das plagas gaúchas, mais próxima culturalmente de Uruguai e Argentina do que do resto do país. Ele de origem pobre e periférica, eu de classe média, filha de médico e professora universitária. Ele passou fome, eu sempre desfrutei de uma boa alimentação, sendo costumeiramente a fome resolvida assim que surgia. Mas eu me sentia quase que irmanada a ele, sentia uma identificação enorme. Ele falava e parecia que eu mesma estava a emitir uma opinião, de tão parecido que pensávamos o mundo e a política! A idade é próxima, nasci no final dos anos sessenta e ele no início dos setenta. Mas eu não entendia muito bem aquela semelhança das visões de mundo, até que li seu livro *TEMPO BOM TEMPO RUIM – Identidades, políticas e afetos* (Cia. das Letras, 2013). Aí comecei a identificar as semelhanças ocultas a um olhar mais superficial. Tivemos em casa uma formação religiosa católica, o que nos aproximou da Teologia da Libertação; estudamos numa escola pública de qualidade, que nos deu uma formação laica, humanista e politizada, eu no Colégio de Aplicação da UFRGS, tendo feito um “vestibular” aos dez anos de idade para ingressar, ele com bolsa de estudos na Fundação José Carvalho, entidade filantrópica que oferecia um ensino

técnico de excelência aos poucos escolhidos em uma rigorosa seleção de candidatos. Outra semelhança: bem antes da época, ambos enfrentamos um processo seletivo concorrido e difícil, tipo “vestibular”! Alguns anos após a data que ingressei, em 1978, o processo seletivo foi substituído por sorteio no Colégio de Aplicação, que apesar de público era de elite na época, justamente pela forma de ingresso. Ela reproduzia a mesma injustiça da universidade pública, sendo agora seu corpo discente bastante variado em termos de origem de classe. Quanto à escola de Jean, segundo informações do site da instituição, existe hoje o projeto “Garipando Talentos”, criado há três anos, que tem o objetivo de selecionar e preparar jovens de 8ª série das escolas públicas do município de Pojuca para o ingresso no Colégio Técnico da Fundação José Carvalho (FJC).

Percebi que o modo como construímos uma visão de mundo semelhante, eu e Jean, vinha do fato de ambos termos experimentado na educação familiar o melhor da tradição comunitária cristã – os valores da solidariedade, do poder do perdão como reconstrutor de humanidades e vínculos, da comunidade como melhor forma de vida – minha mãe costumava nos repreender com a frase “colabora com a comunidade!”, quando eu e meus irmãos agíamos de forma egoísta. Por outro lado, tivemos acesso a um ensino público laico e de excelente qualidade. No Colégio de Aplicação, tudo era calcado na noção de “liberdade com responsabilidade”, estimulava-se sempre a leitura e discussão crítica dos conteúdos trabalhados em aula, fazendo-nos compreender em profundidade o que era a justiça, e a crer, sobretudo, na sua efetivação pelos humanos em vida, corroborando com a teologia da libertação e evitando possíveis armadilhas da ética humanista cristã. Esta tem lá seus muitos aspectos contraditórios..., basta ver a “dificuldade” da Igreja com a homossexualidade, os direitos reprodutivos das mulheres etc. Com o Papa Francisco, parecem piscar algumas luzes no fim do túnel, mas a igreja católica continua sendo majoritariamente conservadora.

Aprendemos o que significava a opressão ao longo do processo civilizatório e sobre as contradições e ambiguidades desse. No Colégio de Aplicação tínhamos professores vindos

das ditaduras vizinhas, acolhidos pela universidade federal para uma readaptação laboral no exílio. Acessando a memória afetiva, recordo aqui o querido professor Frutuoso Rivera, que chegou do Uruguai sem falar português e foi dar aula para trinta agitados pré-adolescentes (coitado!), a quem chamávamos de “Gardelón” devido a um personagem humorístico da época, interpretado por Jô Soares. Dele temos uma lembrança preciosa: no dia de seu aniversário ganhou de presente um pequeno bolo inglês do tipo que se vendia nos bares estudantis. Pegou um canivete e dividiu-o em 16 minúsculas fatias, para que todos ali presentes ganhassem um fragmento, ensinando que o certo é não ficar ninguém de fora, nunca.

Discutíamos e participávamos muito nas aulas de história, sempre em forma de debate crítico, enquanto meus amigos de escolas privadas de classe média decoravam datas e fatos da historiografia convencional – aquela dos “vencedores” que escreveram as narrativas, carregadas da colonialidade do poder/saber e suas muitas distorções. Tínhamos aula de teatro, música e artes plásticas, além de dois anos de francês ou alemão, à escolha. Nas aulas de biologia, também discutíamos sexualidade e livre expressão do desejo, acreditem? Com a professora de ciências Maria Lúcia, linda e queridíssima, lá por 1981.

Numa educação de excelência, é mais importante levar o/a estudante a pensar com independência e criticidade do que fazê-lo/a ter condições de “competir” no mercado de trabalho e “subir na vida” para além de seus competidores, isto é, o resto do mundo. Percebe-se que cada vez mais uma educação formal voltada obcecadamente para o “mercado” – uma posição vantajosa neste seria o que realmente importa – impede-se o desenvolvimento, nos estudantes, de uma formação crítico-reflexiva, plural, questionadora e que produza sujeitos capazes de indignação perante injustiças e desigualdades inaceitáveis.

Mas isso tudo é para dizer que, para desenvolver uma cosmovisão crítica e reflexiva, precisamos ter experiências que alimentem/enriqueçam aspectos sociais, políticos, cognitivos, intelectuais, artísticos, emocionais e afetivos da nos-

sa subjetividade. E que isso independe de classe social ou das trajetórias de vida distintas que eventualmente tivermos, embora possamos dizer que o menino Jean teve uma boa dose de sorte também, para além de seus muitos méritos. O sociólogo Jessé de Souza, baseando-se nas ideias de Pierre Bordieu, afirma que a reprodução das desigualdades e injustiças vem “de berço”, da obtenção ou não de capitais simbólicos importantes para a vida em sociedade: uma criança pobre que é desde muito cedo expulsa da escola para trabalhar precariamente não desenvolve as qualidades necessárias para ter sucesso na vida acadêmica e profissional, tais como disciplina, capacidade de concentração e simbolização, raciocínio abstrato etc. E não porque haja algo errado com ela, mas porque não tem em casa uma mãe que lê jornais e livros e fala francês, ou não vê o tio falando inglês, ou não tem um pai médico tratando de suas doenças infantis em casa mesmo, ajudando a preveni-las, ou um irmão que ajuda nos estudos; não viaja ao exterior, não vai ao cinema, teatros e museus, não tem muito tempo disponível para estudar, não tem livros à disposição. Não teve o “treino” de passar horas em sala de aula, concentrada e focada em atividades intelectuais. Depois de adulto/a, ou ainda muito jovem, passa a trabalhar em atividades precárias e mal pagas, como serviços domésticos ou gerais, proporcionando ainda mais tempo aos sujeitos da classe média para estudarem e se qualificarem, galgando melhores cargos e ganhando mais, enquanto eles permanecerão no mesmo emprego por falta de condições de aperfeiçoamento pessoal. Então as condições concretas de existência determinam muito mais os modos de vida de cada um/a de nós – apesar de não haver determinações absolutas – do que o simples esforço individual, ou méritos pessoais.

A falácia da meritocracia constrói, contudo, uma representação social bastante difundida da pobreza como demérito e da riqueza como mérito. Nada mais enganador e reprodutor de injustiças e desigualdades. Meritocracia é um conceito que serve bem, por exemplo, no momento da composição de uma equipe econômica, ou para a formação de um ministério de Estado... A escolha e a indicação, nesses casos, devem ser por mérito, pela excelência demonstrada pelo/a indicado/a para

ocupar aquela posição (tudo, aliás, o que não estamos vendo agora, nesse governo interino [de Michel Temer] que assumiu ilegítimamente, a meu ver).

Nas situações de ingresso e posição no mundo escolar e laboral, ou do julgamento de indivíduos comuns de diferentes origens, ele pouco ajuda e ainda atrapalha muito a visão clara sobre os modos de reprodução das desigualdades de classe, gênero, raça/etnia etc. A vergonha pelo fracasso dos desfavorecidos, inculcada neles desde cedo pela sociedade de entorno, também contribui para que persista o imoral abismo social, além de ser uma perversão/crueldade institucionalizada e amplamente aceita. O “esforço pessoal” e a “vocação” – tidos como causas do sucesso ou fracasso, – não são as únicas nem as principais causas de resultados obtidos na vida dos cidadãos/ãs, em situações de alta desigualdade. Há processos de estratificação social, complexos e multicausais, a serem considerados. Mas o senso comum não costuma querer saber disso, na sua tendência a enxergar os pobres como preguiçosos e não possuidores de qualidades morais positivas.

A desigualdade socioeconômica não é merecida, não é causada por fatores individuais e sim de reprodução social, através de decisões políticas e econômicas, tomadas por grandes agentes com poder institucional, que afetam milhões de pessoas. Assim como as violências de que a mulher é vítima – estamos todos impactados pelo estupro coletivo havido na semana passada – não são culpa de seu comportamento, mas sim de séculos de patriarcado operando e formando uma densa camada subjetiva de machismo em boa parte dos homens (e em boa parte das mulheres). Não falta quem ache, em ambos os sexos e em todos os gêneros, que a culpa pela pobreza e vulnerabilidade é do pobre e a culpa do estupro é da mulher, que de algum modo “provocou” ou “permitiu”.

Assim que voltamos à educação e seu potencial de formar reflexão crítica. Mais do que nunca precisamos de debates em sala de aula, sobre relações de gênero, sobre pobreza e desigualdades, sobre estratificação social, porque tudo é política, inclusive a ciência. O modo como queremos viver nossas vidas, o que consideramos uma boa sociedade, faz parte de

um projeto político, de um projeto de vida, que envolve instâncias coletivas, institucionais, grupais, culturais e individuais. Refere-se, amplo modo, ao que queremos para o mundo em que vivemos e o que queremos para nós e os que nos rodeiam. Ao reduzirmos a noção de política à sua dimensão partidária ou mesmo institucional, ela se esvazia de sentido e ainda ganha, no senso comum, uma conotação negativa ligada à corrupção. Esta geralmente tem agentes do mercado envolvidos, o que costuma ser cuidadosamente ocultado; portanto, é preciso politizar a educação, no melhor sentido em que concebo o termo: torná-la veículo de problematização e troca de ideias em todas as dimensões da existência humana e planetária. Projetos como o tal “Escola sem partido” – que parte da mais torpe e equivocada concepção da política –, se aprovados, irão decretar o descalabro do sistema educativo no Brasil, já tão debilitado. E impedirão que Jeans e Marílias, independente da origem de classe – ou de cor, de sexo, de orientação sexual e de identidade de gênero, – possam eventualmente vir a experimentar formas de empatia que sirvam para construir pontes, identificações e diálogos mundo afora, ampliando e pluralizando formas de subjetividade social (e consequentemente de vida) crítico-reflexivas.

Originalmente disponível em: <https://www.jornalja.com.br/arquivo/eu-e-jean-jean-e-eu-ou/>

As múltiplas desigualdades e sua reprodução: seremos mesmo o “lobo” uns dos outros? (22/08/2016)

Costumamos ignorar, ou não dar a devida atenção, às desigualdades – grandes/estruturais ou pequenas/cotidianas –, que presenciamos constantemente e que fazem nossas sociedades injustas e indignas. A norma sob a qual vivemos é branca, cis (identidade sexual igual à designada ao nascer), heterossexual, masculina e rica/classe média, adulta (mas jovem), “saudável” e sem deficiências. O que acontece com quem não preenche tais requisitos? Negros, índios, mestiços, gays/lésbi-

cas, transgêneros e travestis, pobres, periféricos, portadores de alguma deficiência, crianças e velhos?

Bom, esses terão muito mais chance de experimentar as agruras de uma sociedade estruturalmente injusta, cindida entre quem é plenamente cidadão e quem não é; quem acessa as benesses da civilização e quem fica de fora. Tendem a ser expulsos – ou nem sequer incluídos – do contrato social. Esse pacto foi o que fundou o Estado moderno, com o objetivo de organizar a sociedade numa forma viável, pacífica e justa de vida coletiva, na qual o mais forte não esmagasse o mais frágil.

Nas aulas sobre contratualismo, quando eu “testava” meus alun@s do curso de economia para ver quem era mais hobbesiano ou mais rousseauniano, sempre havia quem achasse que o homem é mesmo o lobo do homem e não tem jeito. Thomas Hobbes postulava que a natureza humana era violenta e todos se matariam uns aos outros, caso o Estado não centralizasse o poder e terminasse de uma vez com a bagaça, ficando conhecido pela expressão “o homem é o lobo do homem”. Já Jean Jacques Rousseau acreditava numa natureza humana pacífica e bondosa, mas achava que a ganância por acumular mais do que o semelhante corrompia o homem, vivendo em sociedade em regime de propriedade privada. Nesse caso, caberia ao Estado garantir a justiça e a igualdade entre os humanoides. “Deixa a Bangu pra ver o que acontece!” disse um aluno uma vez, certo do caos completo e aniquilação geral sem a repressão do Estado. Em gradientes variáveis, cada um/a deles/as tinha uma posição, mais próxima ao pessimismo de Hobbes ou ao otimismo de Rousseau, em relação à natureza humana.

“Poderemos viver juntos?”, perguntava-se o sociólogo Alain Touraine. Seremos mesmo os piores inimigos uns dos outros? Iguais, mas diferentes; juntos, mas separados. “O inferno são os outros”, já dizia o existencialista Sartre. Esse tema foi e é objeto das mais variadas interpretações e mais apaixonadas impressões.

Conforme se combinem as vulnerabilidades citadas anteriormente, a situação pode ficar mais difícil para o sujeito em sociedade. Se for mulher, pobre e negra, os piores trabalhos e as menores remunerações serão as delas (conforme mostra a

pesquisa do IPEA¹). Se for travesti, ou preto e periférico, a expectativa de vida é bem menor do que a média da população em geral. Se for negro, pobre, gay e morador de rua... melhor seria fugir para as montanhas e viver de mel silvestre e gafanhotos, como aquele cara cabeludo que viveu há uns dois mil anos atrás e mandou todo mundo se amar e viver solidariamente, sem julgar ninguém (alguns não souberam interpretar sua mensagem – ou são mesmo muito canalhas e manipuladores – e preferem entender que ele mandou “dar pancada em gay”, estimulando violência e ódio).

A chamada Constituição Cidadã de 1988 visou incluir mais gente no contrato ou pacto social. Aquela combinação que diz assim, “Olha, pra viver pacificamente em sociedade tem de ter maior igualdade, mais gente deve ser incluída nas benesses da civilização, nessa invenção moderna chamada cidadania”. O direito a ter direitos, individuais e coletivos. O direito a sair da condição de “inferioridade” produzida e legitimada, de não mais vivenciar conflitos sociais que causam privações, dor, sofrimento e humilhação cotidiana, aquilo que a psicóloga social Bader Sawaia chama de “sofrimento ético-político”.

Agora que o projeto democrático-constitucional iniciado em 1988 está sob forte e virulento ataque, corremos o risco de aprofundar ainda mais as desigualdades, e não somente mantê-las intocadas (o que já seria terrível). No que consistia esse projeto? Na ampliação da democracia, dos direitos sociais, da participação popular, através de comitês, conselhos, mecanismos pluripartites de gestão das políticas públicas e universalização de direitos como saúde e educação básica.

Os direitos sociais, econômicos e culturais são aqueles vinculados ao trabalho e renda, à educação e à saúde, chamados direitos de segunda geração, ligados à ideia de igualdade. A primeira geração de direitos, ligada à ideia de liberdade, refere-se ao direito de ir e vir, votar e ser votado, não ser preso arbitrariamente... e a terceira geração, ligada à ideia de fraternidade, são os direitos ao meio ambiente saudável, à autodeterminação dos povos, patrimônio comum da humanidade e livre comunicação. *Liberté, égalité, fraternité!* Ideias liberais ilu-

1 <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>

ministas. Será que os que são contra os direitos humanos – trogloditas de internet! – mas colocam bandeira da França no perfil das redes sociais sabem que os ditos cujos nasceram lá? Quer dizer, há origens variadas e antigas, mas deixemos essa discussão para outro texto! Modernamente, o lema da revolução francesa é a gênese da nossa tradição de direitos humanos.

A ampliação de direitos e a justiça social nunca foram, contudo, uma unanimidade entre os brasileiros (nem em nenhum lugar do mundo). As elites nacionais sempre quiseram manter a senzala servindo a casa grande, e morrem de medo da revolta “dos de baixo”. Já eu, sonho com o dia em que eles finalmente acabarão com a festa dos canalhas, parando de eleger para cargos legislativos pastores picaretas, gastadores de dinheiro público e grileiros do PP; se recusando a ser o saco de pancada geral e parando de servir às elites por migalhas. Quando o morro descer para o asfalto fora da época de carnaval, disposto a exigir seus direitos, talvez os ideais de Rousseau e o lema da revolução francesa finalmente se concretizem. Mas de verdade e para tod@s, não só para os de sempre numa enganação muito típica das democracias modernas ocidentais, que exploram e oprimem à vontade longe de suas fronteiras.

Para debater as origens da legitimação das desigualdades aqui no Brasil, recorro a Jessé de Souza. Cito, pois é um “vício” de toda pesquisadora acadêmica a citação; cito porque Jessé disse com muita propriedade aquilo que penso: “O economicismo liberal, assim como o marxismo tradicional, percebe a realidade das classes sociais apenas ‘economicamente’, no primeiro caso como produto da ‘renda’ diferencial dos indivíduos e no segundo, como ‘lugar na produção’. Isso equivale, na verdade, a esconder e tornar invisível todos os fatores e condições sociais, emocionais, morais e culturais que irão constituir a renda diferencial, confundindo causa e efeito. Esconder os fatores não econômicos da desigualdade é, na verdade, tornar invisível as duas questões que permitem efetivamente compreender o fenômeno da desigualdade social: a sua gênese e a sua reprodução no tempo”. Mas que fatores são esses aos quais Jessé alude?

As múltiplas disposições culturais que as pessoas trazem dos seus contextos de nascimento e desenvolvimento. As oportunidades brutalmente desiguais de estudo, formação, experiências enriquecedoras. Sofrer racismo na infância. Ter de trabalhar muito cedo e não ser socializado visando o aprendizado e ensino formal avançados.

Corroborando a leitura bourdiana de Jessé, o cientista estadunidense Karl Hart fez uma pesquisa e constatou que uma criança de ambiente sociocultural elevado, já aos três anos de idade, terá um léxico muito mais variado do que uma que se cria em ambientes de pobreza, privação e pouca escolarização. As brutais desigualdades, porém, são camufladas e tudo se resumirá ao esforço pessoal – ou à ausência dele. A igualdade formal – letra morta da lei – é tomada como real, o que não é verdade.

A isso Jessé chama de “economicismo”, uma ideologia nefasta e que está na base da naturalização das desigualdades. Cito novamente: “Apesar de ‘invisível’, esse processo de identificação emocional e afetiva já envolve uma extraordinária vantagem na competição social seja na escola, seja no mercado de trabalho em relação às classes desfavorecidas. Afinal, tanto a escola quanto o mercado de trabalho irão pressupor a ‘in-corporação’ (tornar ‘corpo’, ou seja, natural e automático) das mesmas disposições para o aprendizado e para a concentração e disciplina que são ‘aprendidas’, pelos filhos das classes privilegiadas, sem esforço e por mera identificação afetiva com os pais e seu círculo social.”

O “brasileiro médio” ainda é racista, homo e transfóbico, tem muito preconceito de classe e ajuda a reproduzir a sociedade injusta e perversa em que vivemos. Nega o massacre da juventude negra e pobre e tem uma bestial sede de vingança dos que considera “bandidos”, volta e meia se envolvendo em linchamentos por aí. Nega tudo isso, obviamente: afirma que o importante é se esforçar, que gente vagabunda não tem as coisas porque é vagabunda. Comete assassinatos lógicos ao abstrair completamente as pessoas de seu ambiente social e achar que todos têm iguais condições e predisposições, ignora o processo social opaco, como diz Jessé, de produzir “indiví-

duos nascidos para o sucesso” de um lado e “nascidos para o fracasso” de outro. As exceções a essa regra só a confirmam, pois são exceções. E a condição de exceção já é a confirmação do caráter geral da regra.

Precisamos de uma ampla reforma no pensamento social, na ação de cada um/a em sociedade, na compreensão mais profunda e complexa da gênese da desigualdade e da evitabilidade de sua reprodução, mediante ações combinadas do Estado e da sociedade civil. Os privilégios de alguns diante da ausência de direitos de outros são vergonhosos. A ostentação é ridícula. Mudar a forma de vida é essencial, tendo a solidariedade e senso de justiça como guias. E o lobo, aliás, nem merece a má fama que tem, ele é um belo animal. Só ataca se realmente precisar: Hobbes estava enganado, e nós podemos ser lobos, digo, humanos bem melhores do que temos sido.

Originalmente disponível em: <https://www.jornalja.com.br/especiais/as-multiplas-desigualdades-e-sua-reproducao-seremos-mesmo-o-lobo-uns-dos-outros/>

A moralização dos pobres (23/09/2016)

As classes médias e altas estão sempre prontas a uma cruzada pela moralização dos pobres. Para elas, existe o bom pobre e o mau pobre: o primeiro é humilde, servil, respeitoso com “os de cima”, aceita trabalhar à exaustão por uma remuneração baixíssima, não reclama da sua condição. Está sempre agradecido/a pelo (pouco) que lhe concedem os mais aquinhoados.

Se ganha roupas que saíram do armário de seus patrões (mais para liberar espaço do que para aquecer alguém), fica agradecido e deixa-os com a sensação agradável de serem boa gente, gente caridosa. Toma o elevador de serviço, exclusivamente, e concorda que mobilidade social só através de muito trabalho duro (sem, obviamente, comentar que trabalha duríssimo a vida toda e a mobilidade raramente vêm). Se for religioso e atribuir à vontade de deus a desigualdade social, tanto melhor! E se contar como, na favela ou periferia onde reside,

alguns de seus vizinhos são preguiçosos e não gostam de serviço pesado, passam o dia a tomar cerveja fiada no boteco e por isso é que não vão para a frente, ganha o prêmio de “pobre ideal”! Ninguém comenta que ele/a trabalha duro pra caramba e também mora ali, não conseguindo se mudar para mais perto do trabalho. E toma ônibus lotado e demorado todo dia.

As mães com filhos de pais diferentes são apontadas como responsáveis pelo abandono dos homens com quem se envolveram, afinal, “não se deram ao respeito”. Se, desesperada e exausta, ela apela para um aborto clandestino na oitava gravidez e morre de hemorragia, dirão: “Bem-feito. Assassina”. Poucos falam do homem que a abandonou, e ninguém comenta que a filha ou esposa do patrão também já fizeram aborto, pagando 5.000 reais na clínica chique do doutor rico que sai nas colunas sociais; para essas, afinal, está liberado. E segue a hipocrisia. As classes abastadas são protegidas por vários privilégios, como uso de sofisticados – e caros – recursos jurídicos para evitar a imputabilidade de crimes*. Não por acaso as prisões estão cheias de pobres. Tolamente, acredita o senso comum que pobre comete mais crime. Tsc, tsc, tsc... a ingenuidade beira a idiotice, às vezes.

Enfim, o bom/boa pobre entra quietinho/a pela porta dos fundos, limpa a privada da madame e não reclama nunca. Faz hora extra sem receber pagamento ou adicional noturno, vai no sábado “quebrar um galho” lavando a louça na festa pela qual receberá pouco e... pronto! Medalha no peito pelos serviços prestados à ideologia justificadora da realidade social baseada numa falsa meritocracia – que na verdade é muito mais por herança do que por esforço. E não me refiro somente à herança em bens ou dinheiro, casas e carros; mas também a herança de um capital social/cultural e de um preparo para “vencer na vida” que começa quando se está ainda dentro do útero materno. Desde então, em classes favorecidas socioeconomicamente, já está sendo planejado para o bebê que vai nascer um futuro, uma formação cuidadosa e segurança afetivo-financeira. Isso tudo será transmitido pelo afeto, no cotidiano, antes da idade escolar. O valor atribuído pelo sujeito a si mesmo – ou suas expectativas em relação ao que pode al-

cançar na vida – são construídos nesse processo, desde muito cedo, interiorizadas nas disposições profundas de cada um/a (o *habitus* de Pierre Bordieu).

A outros/as, porém, caberá um lugar desqualificado e desprotegido no mundo, na divisão social do ensino formal e do trabalho. Apesar da abissal diferença entre a qualidade das escolas que frequentarão, haverá quem diga que o sucesso escolar só depende do aluno e do esforço pessoal nos estudos. Começando a trabalhar cedo, sem tempo para aprimorar-se e submetido a uma dura rotina, será mesmo que o pobre disputará com o rico, por exemplo, uma vaga na universidade em igualdade de condições? Eu acredito que a resposta é um rotundo NÃO. Ah, mas “cotas” é discriminação, repetirão solenemente, acreditando-se paladinos da justiça e da igualdade de oportunidades.

Existem exceções? Por certo que sim. Existe mesmo quem não queira trabalhar ou esforçar-se, entre os pobres (e entre os ricos!); assim como existem os heróis que conseguem a mobilidade social pelo trabalho duríssimo e muito sacrifício (caminhou 10 km após o trabalho, à noite, para estudar... carregou pedras, chorou sangue e venceu na vida... e outras histórias, narradas sob som de violinos, que trazem lágrimas aos olhos das gentes de boa-fé que não tiveram de passar por isso). Mas a condição de exceção desses heróis – “o marido da prima da minha vizinha era engraxate e agora é empresário bem-sucedido e blábláblá...” – confirma a regra que rege a reprodução das desigualdades materiais e imateriais. E a imensa maioria deverá seguir seu destino de “vida de gado”, servindo aos interesses dos de cima e sendo cordatos, puros, servis e humildes.

Caso não aceitem ocupar esse lugar e mostrem seu descontentamento de várias formas, legais e ilegais, aí se transformarão nos “maus pobres”. São aqueles que não têm um comportamento “certinho” como descrito acima. Bebem, vão a bailes funks, têm comportamento sexual livre (esse último ponto, como desqualificação, vale especialmente para as mulheres, claro). Não aceitam trabalhar arduamente numa atividade que consome a saúde, remunera mal e exige horas em transportes coletivos apinhados de gente. Não admitem humi-

lhações, reagindo a elas; vão à praia em lugares “de gente de bem”, atrapalhando o lazer destas com sua “feiura de pobre” e o potencial “perigo” que representam. Falam alto, fazem “barraco”, não “se enxergam”. Podem até vender droga para os filhos das elites que adoram se chapar ou mesmo fazer arrastão em Ipanema, no Leblon e outros lugares reservados aos bem aquinhoados da sociedade. Pobre bom é pobre que faz fila pra receber sopão, de cabeça baixa, lá na periferia onde “é seu lugar”.

Mas pobre politizado também pode ser um mau pobre. Caso exija direitos básicos – como acesso à terra, trabalho e moradia e se una a movimentos sociais, – é demonizado pela “ousadia” e chamado de “vagabundo” que quer mamar nas tetas do Estado ou de algum empresário ou fazendeiro rico, “direito”. Curioso que estes últimos, ao receberem polpudos incentivos fiscais por parte do Estado, ao terem suas dívidas perdoadas, ao sonegarem impostos necessários à manutenção dos serviços públicos essenciais, não são tidos como sanguessugas de nada. Ao contrário, teriam “direito” por serem “dos grandes” que “chegaram lá”. Alguém já viu panela batendo para a não reconhecida corrupção presente no rentismo, que corrói o orçamento nacional via juros da dívida e vampiriza a riqueza produzida por todos que é concentrada por poucos? Não. As panelas só batem quando a mídia corporativa fala em corrupção, especialmente de quem tentou minorar ao menos um pouco a desigualdade que castiga o país há cinco séculos. E que seja bem espetacularizada, para lavar a alma do pessoal rico e fino de camisa da CBF, que pode se achar novamente super-honesto.

Nos anos 80 foi cunhado o Termo “Belíndia”: poucos vivendo como na Bélgica, muitos vivendo como na Índia. Aliás, isso me lembra uma história, contada alegremente por um sujeito bon-vivant, em casa de parentes, após uma viagem dele ao belo país asiático. Relatava, encantado, que hospedado em casa de amigos, ao chegarem de um passeio às 4 horas da manhã, com fome, os donos da casa acordaram os empregados para fazerem sanduíches. “Eles estão aqui para isso”, justifica-

ram os patrões. O hóspede abastado adorou, achou o máximo da gentileza e hospitalidade!

Eu só teria a dizer pra ele o seguinte: Quer um sanduíche às 4 da manhã, mané? Vai pra cozinha e faz! Trabalhador tem direito a uma noite de sono para descansar da jornada. Escravidão é uma coisa profundamente imoral e indigna, e quem contribui conscientemente com ela, ou com uma situação análoga, idem. Condições degradadas e humilhantes de existência humana têm quase sempre a participação ou aquiescência das “gentes de bem”, por que será?

E não são só os pobres que têm sua avaliação severa feita por essas “pessoas de bem”. Os gays (LGBTs em geral) também são hierarquizados pela sua atitude diante da sociedade. O bom gay é discreto; “fica na dele/a”; não fala da sua orientação sexual, não reivindica igualdade, não deseja trocar carinhos com o/a parceiro/a em público, não “ofende” os bons costumes pretendendo formar família, adotar crianças que eventualmente héteros abandonaram ou não puderam cuidar. Caso seja militante, ocupe a esfera pública, demande iguais condições de vida e cidadania, lute por direitos civis e dignidade, pelo direito de vivenciar plenamente sua identidade de gênero e orientação sexual, será demonizado, difamado e, em casos extremos, agredido ou até morto. A expectativa de vida entre os travestis é de 35 anos, dá pra acreditar? Enquanto a média da população brasileira gira em torno de 75 anos! Claro que há aí profundas desigualdades territoriais, de classe, sexo, gênero, origem étnico-racial (em Alagoas, por exemplo, é de 66 anos). Mas 35, nem na república dos Sarney ou dos Collor. Afirmam alguns, convictos – embora sem provas – que não há nada disso, que é só mimimi, que há uma “ditadura gay” em curso etc.

A compreensão dos processos históricos que geram as desigualdades, a solidariedade ampliada (não só para “iguais”, familiares e amigos), a aceitação da igualdade na diferença como valor central, a promoção da justiça e de um projeto mais generoso de sociedade, aberto a tod@s, parecem horizontes distantes demais do Brasil atual. O “laboratório” desse

país é visto nas mídias e redes sociais e em vários contextos que frequentamos diariamente.

Pesquisando nesse laboratório real e virtual (que também é concreto), concluo que muitas pessoas que se consideram a nata da sociedade ajudam a reproduzir, nos seus modos de vida, injustiças, segregações, elitismos, falsas meritocracias e muito sofrimento humano. A verdade que lhes escapa é que são sacolé de ki-suco se achando sorvete italiano de alta qualidade, para usar uma metáfora que eles provavelmente entenderiam. Porque sutileza e sensibilidade não é mesmo com eles. E agora a pior notícia: os sacolés podem ser qualquer um/a de nós, “bons cidadãos e tementes a deus”.

* CATTANI, Antonio. Sofismas da riqueza. *In*: CATTANI, Antonio; OLIVEIRA, Marcelo (orgs). **A sociedade justa e seus inimigos**. Porto Alegre: Tomo, 2012.

Originalmente disponível em: <https://www.jornalja.com.br/especiais/a-moralizacao-dos-pobres/>

A solidariedade orgânica e o golpe no Brasil (28/12/2017)

O texto que segue foi publicado hoje à tarde, como postagem pessoal, no meu perfil da rede social Facebook, numa versão mais curta e mais crua. Procurei adaptá-lo para publicação na coluna do Jornal Já, dando segmento à reflexão do texto anterior, sobre a solidariedade micropolítica e os vínculos sociais que são próprios a nós, humanos organizados em sociedade. A visita que relato aconteceu hoje pela manhã, dia 28 de dezembro de 2017. Procuro ressaltar o aspecto racional de praticar a solidariedade, para além da questão ética e das escolhas morais que fazemos. Relato uma experiência pessoal e em seguida comento o que ela pode significar, em nível de sociedade e de economia – vida coletiva – interdependente.

Em Porto Alegre, quem costuma passar pela avenida Terceira Perimetral, entre a rua Furriel Luiz Antônio de Vargas e a Avenida Anita Garibaldi, já deve ter visto um “acampamento” fixo, de lona preta, na calçada do lado direito, no senti-

do zona norte; moradores de rua residem no local já há algum tempo, mesmo antes do expressivo aumento do número de moradores de rua em Porto Alegre, agravado em 2017 (efeitos do golpe parlamentar-midiático-judiciário ocorrido no Brasil em 2016, sobre o qual já escrevi anteriormente neste espaço). Sempre passo por lá para chegar no trabalho, em São Leopoldo, distante 30 km da capital. O acesso à saída da cidade dá-se pela avenida Perimetral e é meu caminho quase diário.

Graças ao recesso de final de ano e sua semana de folga, hoje tive tempo de fazer o que pretendia já há meses, ir visitar e conhecer aquelas pessoas e seu cãozinho preto, sempre deitado ali na calçada, preso na coleira. Sabia que eram catadores, por já ter visto o material empilhado ao lado deles.

Quem me atendeu foi o senhor Luiz, que prefere ser chamado de Luizinho. Profissão: catador de material reciclável urbano. Trabalha com seu parceiro, também morador do local, que optou por não se identificar. Já o convidaram para atuar numa cooperativa de reciclagem, mas ele acha melhor fazer seus próprios horários de trabalho, como catador individual, associado a um colega de profissão. O tema da reciclagem e seus desdobramentos sociais me é muito caro, já que como pesquisadora estive ao lado de catadores e catadoras de material reciclável urbano em pesquisas participativas, e orientei teses e dissertações a respeito.

Voltando ao Luizinho, que motivou esta reflexão no apagar das luzes de 2017, este me contou que já teve uma casa, mas foi obrigado a desfazer-se dela por deterioração da condição financeira. Ao ser perguntado se poderíamos fazer campanha para arrecadar alguma coisa para eles, consultou o colega, que disse: “Não precisamos de nada no momento”. Luizinho acrescentou: “Mas aceitamos material reciclável para que possamos vender maior quantidade. Não trabalhamos mais com pet, mas latas de alumínio serão muito bem-vindas².”

A cachorrinha preta, chamada Giana, é saudável, alegre, quer brincar, pula e lambe. Limpa e de excelente aspecto,

2 Já de antemão, portanto, peço aos amig@s que lerem este texto: ao passar por ali, levem suas latas de cerveja/refrigerante para eles, o Luizinho é afável e receptivo; as festas de fim de ano devem gerar boa quantidade. Vira renda e um pouco mais de qualidade de vida para eles e para Giana.

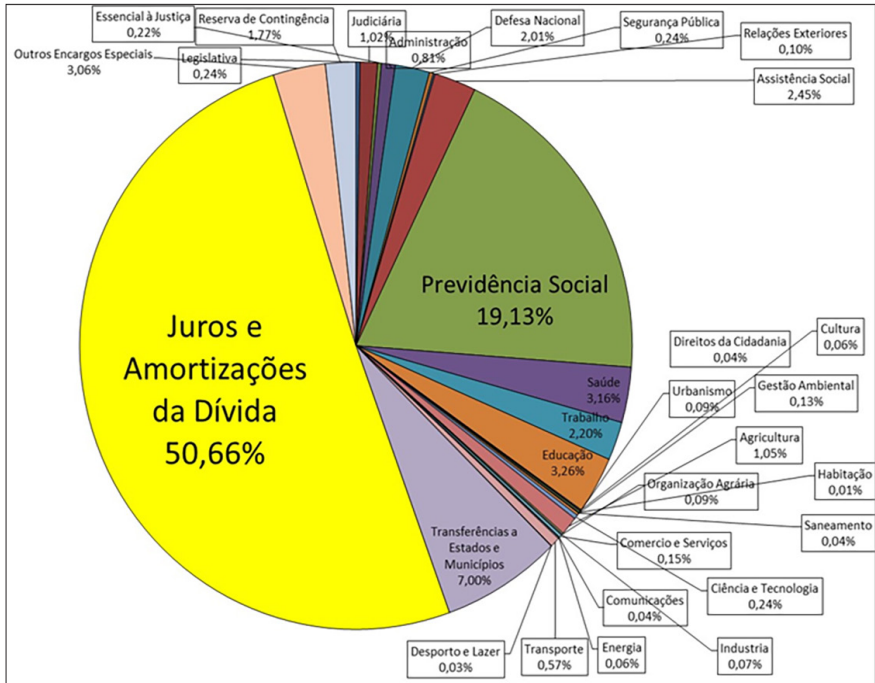
ignorou a princípio os Biscrocs que levei para ela (ou seja, não tinha fome), dignando-se a comer um ou dois no final da visita. Estava mais interessada em brincar comigo. Luizinho disse que passeia com ela de manhã bem cedo antes de sair o sol, agora no verão, acrescentando que é castrada, vacinada e ele tem “os papéis que comprovam”.

Dentro da lona que se vê da rua, há dois velhos colchões, lado a lado, e os pertences dos moradores. São, como imaginei, gente boa, pacífica e que trabalha; a precariedade lamentável em que vivem é INACEITÁVEL. Não era para ser assim num país que transfere BILHÕES por dia³, via mercado financeiro/juros da dívida pública, para uns poucos milionários e bilionários que já não têm mais onde enfiar dinheiro⁴. A seguir o gráfico do orçamento público para 2017, elaborado com base em dados oficiais, disponíveis em sites do governo brasileiro. Metade do orçamento é transferido para credores da dívida brasileira, maioria composta de rentistas, banqueiros e especuladores:

3 <http://tomoeditorial.com.br/catalogo.php?id=733> (CATTANI, A.; OLIVEIRA, M. *A sociedade Justa e seus Inimigos*. Tomo Editorial, 2016).

4 <http://www.auditoriacidada.org.br/>

Orçamento Geral da União (Projetado para 2017) Total R\$ 3,399 trilhões.



“Comprometimento da Saúde e o privilégio do Sistema da Dívida” – Maria Lucia Fattorelli. FIOCRUZ “SAÚDE SEM DÍVIDA E SEM MERCADO” – Saúde: Fontes de financiamento em disputa – Rio de Janeiro, 21 de junho de 2017. PPT disponível em: <http://www.auditoriacidada.org.br/palestras-da-auditoria-cidada-2015/> [Observação: este link não está mais ativo, em 2022; atualmente, a palestra pode ser encontrada aqui: <https://slideplayer.com.br/slide/12687006/>].

Ou contribuímos para mudar esse país e torná-lo mais digno e justo, ou nos conformamos em sermos seres irracionais, indecentes e detestáveis. Neoliberais têm falado bastante, e já não é de hoje, em renda mínima⁵. Muito criticada, aliás, por algumas correntes da esquerda, mas quer saber? Que seja. Do jeito que as pessoas estão sofrendo hoje, vivendo vidas precárias, na rua, alimentando-se mal, morrendo cedo de doenças evitáveis ou por causa da violência, eu aceitaria uma renda mínima universal, bem como programas de transferência de renda, desde que acompanhados de políticas públicas de trabalho/emprego, moradia, saúde e educação, com PESADOS E CRESCENTES INVESTIMENTOS. Ou seja, o inverso do que hoje é o Brasil.

Mas para isso, temos de combater o golpe e suas políticas recessivas e antissociais. Ou vai piorar muito mais, como já vem piorando. “Ai, não seja moralista!”. Moralismo?! É só o bom e velho Durkheim, meu camarada: solidariedade orgânica. Nada poderia ser mais tradicional em sociologia! Trocas, necessidade do intercâmbio alteritário cotidiano, local e global, sistemas interacionados de trabalho, comércio, urbanidade, comunicação; dependência mútua, o fato social de que precisamos viver juntos num sistema articulado. “Viver dentro de certa razoabilidade [...] o avanço da divisão do trabalho é o que pode evitar a luta irracional pela sobrevivência, haja vista que cada indivíduo desenvolve uma função indispensável à sobrevivência da vida coletiva.” (VARES, 2013)⁶.

Não é uma escolha, para nós humanos. É nossa realidade inevitável, a não ser que queiramos nos tornar ermitões, morar em cima da montanha... e ainda assim, não escapariamos! Como abastecer a casa, como consumir o mínimo necessário para a sobrevivência, fora da articulação sócio laboral e sociotécnica?

5 <http://epocanegocios.globo.com/Revista/noticia/2017/07/bilionarios-do-setor-de-tecnologia-embarcam-no-movimento-da-renda-basica-universal.html>

6 VARES, Sidnei Ferreira de. Solidariedade mecânica e solidariedade orgânica em Émile Durkheim: dois conceitos e um dilema. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**. v. 18, n. 2, Londrina, 2013. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/17317>

Ou é isso, ou é a barbárie; a anomia toma conta e todo mundo se ferra. Neste final de 2017 e prenúncio de um 2018 difícil, um feliz ano novo; ou velho, a gente que escolhe. Tomem tento, cidadãos.

P.S.: em 2021 – Não tomaram tento e elegeram o protofascista Jair Bolsonaro presidente do Brasil.

Originalmente disponível em: <https://www.jornalja.com.br/colunas/a-solidariedade-organica-e-o-golpe-no-brasil/>

A fé e os negócios: viajando de avião com executivos e etnografando o cotidiano (14/06/2017)

Cenário: voo de São Paulo para Porto Alegre, cedo da manhã. Entro no avião, sento e me recosto na poltrona, sonolenta. Três executivos de terno, conversando em forte sotaque paulistano, estão sentados atrás de mim. A princípio, penso que espero que se calem, porque quero descansar e o “conversê” me incomoda. Mas a um ponto do assunto deles, a conversa chama a atenção da pesquisadora – que nunca dorme e sempre tem caneta e papel na bolsa. Começo a achar de tanto interesse sociológico que anoto algumas partes para não esquecer, pensando em registrar aquela curiosa confabulação. O registro que segue é proto-etnográfico e do cotidiano, mas achei-o deveras espantoso. Porque as gentes são mesmo espantosas, não é mesmo?! Segue abaixo um registro empírico ainda sem análise. Aceitam-se contribuições e dicas de análises do discurso, pois ando sem tempo para abrir novas frentes.

Vou enumerar os três sujeitos falantes pela sua posição nas três poltronas que ocupavam no avião da LATAM, contando do corredor para a janelinha. Dilemas éticos não me parecem existir com esta publicização, pois eles não são identificados; não sei seus nomes e sequer gravei a imagem de seus rostos. Em 1 hora e 15 min de viagem isso nem seria possível. Chamavam-se pelos primeiros nomes que, obviamente, não repetirei. Espiei-os ao levantar da poltrona, eles que nem des-

confiavam que eu anotara algumas das suas frases e expressões, e enxerguei três homens de negócios de terno e gravata, com smartphones e notebooks modernos em punho. Vamos a alguns fragmentos interessantes da conversa:

1-Em Porto Alegre não vai ter heliporto... (muxoxo). Cara, estou gastando quarentão por mês só pra ir e voltar do escritório.

2-Mas agora acabou o stress...

1-Sim, com isso acabou o stress.

[Nota da pesquisadora: Fico pensando se “quarentão” é 40 mil reais, sem ter certeza disso. Desperto e fico escutando, os tons de voz se elevam acima do barulho do avião.]

Tagarelam sobre vários tópicos dos negócios e das empresas, até que chegam no tema da “religiosidade” como parte da vida de um empresário. A controvérsia se estabelece entre eles: “Universal” ou “Assembleia de Deus”? O participante 2 prefere a Assembleia, ao que o 3 lhe responde:

3-Vc pode julgar a Universal, mas eu só te peço que vá na segunda-feira ao templo de Salomão... é um congresso, tem toda a segunda-feira as 10:30h. Segundo andar. É um congresso para o sucesso, claro que baseado na Palavra. Busca a sabedoria para os negócios. Você sai de lá pronto pra batalha! Trabalha na mente, não no coração. Age direto na mente e ela desperta: isso é revelação. Faz sentido, é racional, uma fé racional. Abre a visão, é voltado à mente, à racionalidade do fiel. Isso liberta a mente.

2-Mas eu acho umas coisas lá meio exageradas... assim, no meu entender, não fecham com racionalidade!

3-É que na quarta-feira já é outra coisa, voltado a baixar o espírito santo, aí pode parecer exagerado. Pra você tem de ser o da segunda-feira. Vai, você não vai se arrepender. Deus responde, leva poucos dias. Revelação que vem da palavra, da pregação, mas voltada à prática e aplicada aos negócios. É como nós falamos nas empresas: quem está dentro, não vê a realidade com clareza, quem vem de fora, vê. O gerente está imerso nos problemas, não identifica; a gente vem de fora e aponta, verifica com mais facilidade o problema e a solução. É assim

com o seu problema, no congresso; o pastor enxerga e mostra, através da Palavra.

2-Mas e a coisa do dinheiro, não é meio exagerada?

3-Tem fiel que vai todo dia e pega desafio todo dia. Aí claro que gasta muito; não dá pra fazer na emoção, tem de calcular. Eu pego um desafio e espero uns 20 dias, espero ser respondido – e sempre sou, Jesus e o Espírito Santo não falham nunca! –, aí pego outro... vou dosando [deduzo que “pegar desafio” é dar dinheiro por alguma realização]. O próprio pastor critica a ideia de “barganha”. Até o bispo Edir já criticou. Isso não é uma barganha, é para a obra do SENHOR e ele te responde. Eu penso assim, a cada desafio: “Senhor, é para a sua obra e serei recompensado”. E sou, e volto. É questão de despertar, orar...! Mas tem de se controlar, não pode dar assim na emoção, que depois pode fazer falta se o fiel é humilde.

2-[meio em dúvida] é, respeito seu ponto de vista. Aquilo lá eu acho que é uma empresa, e com disciplina militar. Tem muita hierarquia, “sim sr., não sr.”; Todo mundo uniformizado... ainda acho meio exagerado...

3-E só admiração, só respeito, só devoção, o que te parece militarismo.

2-Mas essa parte dos desafios, a graça... a gente vai receber a graça assim, automático? Não seria uma espécie de barganha?

3-Quando Salomão pega o reinado “quebrado” de Davi, o que ele faz? Um desafio! No mesmo instante Deus apareceu para Salomão. Tá na bíblia, cara, claro como água! Só não vê quem não quer! Quem está estragado pelas empulhações... Satanás mata a fé, as pessoas estão enfermas na fé... Hoje não é morte real, como nos tempos bíblicos, mas morte espiritual. Morrem espiritualmente. Veja bem, a bíblia mostra que é de Deus “dar para as obras”. E o que é o altar? Lugar de doação! Mas hoje quem doa no altar é criticado, quase apedrejado! Quem pede doação no altar é chamado de desonesto! Tanto champanhe pra Iemanjá e ninguém fala nada... Já vi pai de santo dando 15.000 reais de champanhe pra Iemanjá e ninguém falando nada dele! Tem certas coisas que são satânicas! Mas a gente entende..., sabe como é... emoção, fundo de poço, inferno, quando a gente não vê o espírito santo? O templo está lá para isso, cara! É transformador! Qualquer um pode ir e se descobrir. Redirecionar a mente e a vida.

1-Eu sou judeu e fico fora dessa conversa aí! (rindo).

3-Nós vamos levar o F. lá! (bem-humorado).

2-Uma coisa é negócio, outra coisa... (inaudível). Mas tem lugar que eu não piso nem morto. Na igreja católica eu não piso! Nem para assistir casamento!

3-Olha, eu piso e não me contamina. Depende do que está dentro de você. Fui convidado pra padrinho de casamento de uma parente, eu fui. É a fé dela, eu respeito. Eu tenho tudo muito firme e certo dentro de mim, posso ir sem ter problemas por isso. Mas enfim, cara, se você for no congresso e obedecer, tudo vai fazer sentido, você vai ver. Como eu falo para alguns irmãos que têm lá, pra despertar sua racionalidade, digo: "Irmão, isso não é racional. A fé tem de ser racional". Depois voltam a falar de negócios, programa das visitas às empresas, onde o carro os buscaria etc.

Resumindo a ópera matinal, era isso. Aguardo os psicólogos, sociólogos e antropólogos da religião para comentários elucidativos sobre a conversa. Eu ainda estou meio zozza.

Originalmente disponível em: <https://www.jornalja.com.br/arquivo/a-fe-e-os-negocios-viajando-de-aviao-com-executivos-e-etnografando-o-cotidiano/>.

Marielle Franco, o anti-“mito” (16/03/2018)

Foi assassinada uma mulher que reunia em si mesma tantos sentidos, condensados numa só existência humana, que penso que possa ser considerada verdadeiramente arquetípica. Nós consideramos, pois este texto está sendo escrito após longa conversa, durante o ato em homenagem à Marielle, com minha amiga Jacqueline Silva. Jacque me acompanhou durante todo o evento e juntas refletimos que Marielle era o *múltiplo* condensado na singularidade individual.

A vereadora carioca era uma mulher negra, vinda da favela da Maré (pobre de origem); era bissexual, pois tinha uma companheira, embora já tivesse se relacionado com homens. Além disso tudo, ela era feminista e de esquerda, filiada ao PSOL, e era também uma mulher de axé. Ávida buscadora do conhecimento, fez curso pré-vestibular comunitário e estudou Sociologia na PUC-RJ, depois fez mestrado em Gestão

Pública na UFF. Ousou ir longe. Era militante pela justiça social e pelos direitos humanos. Candidatou-se a vereadora pelo PSOL no Rio e foi eleita expressivamente com 46 mil votos. A moça arrojou projetar-se, relatar comissões que investigavam “intervenções” militares desastradas e violência policial/abuso de poder, destacar-se com brilhantismo na atuação política e parlamentar.

Devido a todas essas características, Marielle virou o alvo de assassinos, cujos mandatários perseguem tudo que ela representava; que propagam o ódio de classe e o clasismo, a homofobia, o racismo, o falso e cínico moralismo, a ideia de que pobre tem de ser subserviente e servir ao rico. Tudo isso junto sintetiza, hoje, a ideologia que grassa no país. Desde a redemocratização (parcial e incompleta) de meados dos anos 80, da constituinte de 1988 e da constituição cidadã que dela resultou, essa escória esteve recolhida à sua insignificância. Generais de pijama, embora absurdamente impunes por crimes de lesa-humanidade, estavam, contudo, dentro do armário; odiadores de pobres e negros, misóginos, classistas e racistas não ousavam vomitar seu chorume fétido em voz muito alta.

Ocorre que, após os acontecimentos posteriores às eleições de 2014 – ou mesmo anteriores a ela, e que não vou aqui retomar porque já foram tema de outros textos, – esses bichos escrotos (como diziam os Titãs na minha juventude), voltaram a pôr as cabeças e línguas apodrecidas para fora. Saíram do armário onde hibernavam, babando de ódio quando viam pobres no aeroporto, criação de secretarias federais para a igualdade racial, transferência de renda para crianças miseráveis terem o que comer e ficarem na escola, direitos trabalhistas para empregadas domésticas e outras inovações republicanas, muitas advindas da constituição federal de 88.

Seus valores deturpados, equivocados e banalizadores do mal são excludentes e abominam a igualdade na diferença, mas são alçados de forma canalha à condição de “moralidade” máxima. As autointituladas “pessoas de bem” (na verdade, praticam e banalizam o mal no sentido de Hannah Arendt, que nunca leram porque são frequentemente anti-intelectuais e

só leem bobagens de livraria de aeroporto) agora gostam de se achar honestas e exemplares, cheias de mérito, quando na verdade são o oposto disso. Essa gente, com sua atitude relativizadora do golpe de Estado sofrido pelo Brasil, chancela a violência contra pobres, negros, periféricos, favelados e LGBTQs, que costumam chamar de “vagabundos” (muita embora sabíamos que 99% dos favelados trabalham duro e sejam muito mal remunerados).

Marielle Franco condensava numa só pessoa tudo o que eles temem, abominam e combatem, ignorantes que são. Ela era um arquétipo das lutas por igualdade cidadã, justiça para tod@s, incluindo mulheres, LGBTQs, negros, pobres, favelados e periféricos. Defendia ativamente o direito à igualdade na diferença das identidades específicas, das muitas possíveis combinações identitárias. Nesse sentido, pensamos eu e Jacqueline, ela era arquetípica, era o plural expresso na singularidade. Justamente por isso, foi assassinada.

Segundo Karl G. Jung, psicanalista suíço, pupilo e depois dissidente de Freud, arquétipos são conjuntos de “imagens primordiais” originadas de uma repetição progressiva de experiências de muitas gerações, armazenadas no inconsciente coletivo. As experiências ancestrais, herdadas do processo histórico que vai produzindo nossas subjetividades, conformam os arquétipos, carregados de sentido, com os quais vamos nos identificar, ou vamos rechaçar, ou um pouco de cada coisa. A bruxa, a santa, a prostituta, o ditador, a morte (figura sinistra com a foice), o “bandido”, o sábio etc., são alguns arquétipos que estariam presentes, para Jung, em todos os lugares e culturas, de diferentes modos; ou seja, são universais. E o real, para ele, é arquetípico.

A pluralidade que condensava todas as características – “imagens primordiais” – alvo do ódio de reacionários e canalhas materializou-se num indivíduo, a mulher negra, feminista, favelada, bissexual, de esquerda, militante, Marielle. Se tivesse ficado quieta e subserviente, não representaria perigo; mas ela ousou lutar, publicizar a luta, destacar-se. Era corajosa e intrépida. E por essa linda ousadia, pagou com a própria vida, deixando órfã a filha Luyara, de 18 anos, a família,

os eleitores, as periferias ávidas por justiça e oportunidades iguais para todos.

Mas por que pensamos na figura do anti-“mito”? Quem tem sido denominado “mito” pelos anti-intelectuais que não sabem o que é, mas odeiam a tradição dos direitos humanos, é um homem branco rico, que defende a tortura, odeia negros e indígenas, LGBTs, despreza as mulheres (declarou que quando “fraquejou” teve uma filha mulher, após a suposta glória de ter quatro filhos homens). A covardia verdadeiramente desprezível, aquela contida no ódio aos mais frágeis e desprotegidos, virou um “mito” para os que se identificam com a pusilanimidade.

Uma pessoa que reúne essas lamentáveis características vira um “mito” para os medíocres de alma bem pequena, que removem suas pequenas ignorâncias e ódios como insetos em volta da lâmpada (obrigada, Cazuza). Querem ser europeus, mas ignoram totalmente o que talvez seja a melhor herança da tradição ocidental europeia, as declarações de direitos humanos (civis e políticos, sociais, econômicos e culturais, autodeterminação dos povos, viver em paz etc.).

Foi assassinada com quatro tiros uma pessoa que era a antítese do horror, da distopia em forma de gente e de discursos macabros de ódio. Que trazia em si própria a luz da coragem, que lutava por todos nós, para que o mundo fosse um lugar melhor, mais digno, mais seguro para tod@s, inclusive para mim, mulher branca de classe média no Rio Grande do Sul. Ou vocês acham, conterrâneos gaúchos, que o que acontece no Rio de Janeiro não nos afeta? Afeta todo o país.

Outra intelectual carioca, Adriana Facina, declarou: “Perdemos o que tínhamos de melhor”. Concorde plenamente. Perdemos a coragem, a beleza, a esperança numa outra política, que ela trazia. A velha política dos conchavos antipopulares, do coronelismo que mata, aterroriza, oprime e explora, deu quatro tiros na esperança de transformação.

Para não enlouquecer, eu me agarro justamente na esperança: nesse exato momento estão crescendo, em algum lugar das periferias desse país tão sofrido, muitas Marielles. E nós, que somos mais velhos, brancos e de classe média, mas que

compartilhamos seus sonhos de justiça e liberdade, estaremos ao lado delas. Seremos escudos – apelo de uma liderança negra histórica aqui de Porto Alegre, Sandrali Bueno, ontem durante o ato em que participei – para os tiros que vierem a receber, para as bombas (simbólicas e reais) que jogarem contra elas quando soltarem suas vozes nas ruas ocupadas de cidadãos.

Não sairemos das ruas, pois é nelas que o civismo é exercido, que a condição humana da política se realiza. Sujeitos que se encontram, na ação e no discurso, para construir o social, a esfera pública, para tecer os modos de vida nos quais acreditam.

Marielle estará conosco em exemplo, em inspiração para os corações, mentes e corpos que seguem lutando por tudo o que ela desejou e construiu. Na potência da subjetividade capaz de escolher para identificação aqueles arquétipos que nos conduzam à justiça, igualdade e à ampliação de direitos de cidadania. E em muitas jovens mulheres que decidiram que chega! Basta de injustiças, mortes, violências e abandonos.

Originalmente disponível em: <https://www.jornalja.com.br/arquivo/marielle-franco-o-anti-mito/>

Os tarados e taradas do Brasil pós-socialismo imaginário (04/01/2019)

Impressionante como as pessoas que recentemente assumiram o poder executivo no Brasil – as quais nem consigo adjetivar, pois ainda não inventaram termo adequado para defini-las – têm óbvios pontos de fixação, taras, deliram com fantasias sexuais constantes. Eles “só pensam naquilo”, como dizia a personagem D. Bela, que Zezé Macedo interpretava na Escolinha do Professor Raimundo. Tudo se resume a uma obsessão por órgãos genitais; é mamadeira de piroca, kit gay, um mundo de fantasias sexuais constantemente em ebulição. Ando pensando que terei de voltar aos estudos de psicanálise e reler o texto *Três Ensaios sobre a Sexualidade*⁷ (antes que seja

7 FREUD, Sigmund. (1905) **Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

queimado em praça pública e proibido pelo index bolsonarista), para ver se o velho Sigmund me ajuda a entender essa gente. Nessa obra ele analisa as perversões sexuais.

Mas acho que nem Freud explica tamanha monomania. Preocupadíssimos com o que as pessoas têm entre as pernas, não dormem a noite, caraminhando o que vão fazer para controlar a sexualidade alheia. Como se o valor de um ser humano se resumisse ao uso mecânico de seus genitais e à reprodução de uma identidade fixa e imutável, divinamente determinada. Não podem olhar para uma criança sem pensar na pequena genitália daquele serzinho em formação, frágil porquanto ainda dependente de cuidados e ensinamentos? “Tem pipi ou tem perereca? Usa rosa ou usa azul?” exaltam-se eles, babando e rugindo, os olhos e as mentes fixados, ensandecidos. Dizem-se religiosos, cristãos. O Deus deles valoriza tanto assim a genitália humana?!

Na lógica desses depravados, uma pessoa não vale o que sua personalidade singular acrescenta ao mundo que a cerca; não vale pela sua inteligência ou talentos pessoais; não vale por sua existência humana; vale apenas se agir conforme normas rígidas estabelecidas por gente tacanha, em cuja mente estreita tudo é determinado pela aparência dos órgãos sexuais. Fico pensando se não seriam todos pedófilos em potencial, ardendo de desejo doentio pelos pequenos corpos que querem dominar, vigiar e punir (caso não sigam sua obsessão heteronormativa). Essa gente é tão assustadora que é uma hipótese plausível... a medonhice⁸ deles não parece ter limites.

Impossível, além de evocar Freud, não me referir também a Foucault. O filósofo e historiador francês estudou em detalhe os meios de coerção e suplício utilizados ao longo da história para subjugar mentalidades e corpos. Quanta maldade o ser humano pode praticar contra seus iguais? No livro *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*⁹, o I capítulo, intitulado “Os

8 De Medonho: assustador, horripilante, horroroso, disforme, desgraçado, sinistro, funesto, aterrorador, horrível, pavoroso, temível, tenebroso, terrível, tétrico. In: **Dicionário de Sinônimos**. Disponível em: <http://www.sinonimos.com.br/busca.php?q=medonhice>

9 FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987. 288 p. Do original em francês: *Surveiller et punir*.

corpos dos condenados”, abre com a seguinte descrição, obtida na pesquisa do autor em documentos históricos:

[Damien fora condenado, a 2 de março de 1757], a pedir perdão publicamente diante da porta principal da Igreja de Paris [aonde devia ser] levado e acompanhado numa carroça, nu, de camisola, carregando uma tocha de cera acesa de duas libras; [em seguida], na dita carroça, na praça de Greve, e sobre um patíbulo que aí será erguido, atenazado nos mamilos, braços, coxas e barrigas das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio, queimada com fogo de enxofre, e às partes em que será atenazado se aplicarão chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzidos a cinzas, e suas cinzas lançadas ao vento. Finalmente foi esquarterado [relata a Gazette d'Amsterdam]. Essa última operação foi muito longa, porque os cavalos utilizados não estavam afeitos à tração; de modo que, em vez de quatro, foi preciso colocar seis; e como isso não bastasse, foi necessário, para desmembrar as coxas do infeliz, cortar-lhe os nervos e retalhar-lhe as juntas...

Os suplícios e castigos eram medonhos. Os reformadores dos séculos XVIII e XIX iriam demandar o fim dos castigos físicos em praça pública. Não era algo compatível com o “espírito das luzes”, as expectativas morais do iluminismo, as novas ideias desenvolvidas na Europa sob a égide da tríade Liberdade, Igualdade, Fraternidade. Curioso que o sociólogo Boaventura de Sousa Santos tenha dito, em recente palestra, que esses governos reacionários tipo Trump, Duterte, Orban, Bolsonaro etc., queiram justamente retroceder a um tempo pré-iluminista, pré-revolução francesa. Não à toa, pois, que exaltam a tortura.

O livro de cabeceira do presidente do Brasil foi escrito por um torturador, já reconhecido como tal pelo Estado brasileiro após investigações que não deixam dúvidas. Assassino (mais de sessenta pessoas morreram sob seu comando ou ação direta, no DOI-CODI em São Paulo), era claramente um sádico, um psicopata. Brilhante Ustra foi processado várias vezes por ocultar cadáveres, especialmente em valas comuns do cemi-

tério de Perus, na capital paulista. Alguém, certamente, muito pré-reformas do século XIX na Europa, que clamaram pela extinção das sevícias e fim das torturas nos manicômios, asseverando que deviam ser substituídas pelo “tratamento moral” à lá Philippe Pinel. Pois então, caros e caras.

Talvez estejamos diante da tentativa de revogação de um princípio do Direito Internacional, a proibição da tortura. Trata-se de uma norma imperativa, de aplicação obrigatória. Sendo a prática da tortura um ato proibido por lei, é considerada crime e deve ser punida. Contudo, os tarados sexuais fixados em piroca e perereca são declaradamente favoráveis a ela. Os adolescentes trintões, filhos do presidente da república, usam camisetas impressas com odes a Ustra. O bufão presidencial declarou em rede nacional sua admiração pelo torturador assassino. Mesmo assim, foi eleito. É a banalização do mal descrita por Hannah Arendt. É o mal praticado e exaltado, aos zurros, no Parcão, Avenida Paulista e em outros lugares onde moram as supostas “elites”.

Parte da população brasileira (e mundial) nunca incorporou os princípios iluministas. São toscos. São potencialmente pedófilos e torturadores. Utilizam massivamente o mecanismo de projeção, dizendo que os gays é que são pedófilos e pervertidos. Dizem isso enquanto fazem programas com travestis, como publicizado recentemente sobre um político conservador de direita, em Porto Alegre¹⁰.

Otávio Germano é a cara deles. Votando hipocritamente “pela família” no Congresso Nacional, sai dali e vai fazer sexo com travestis, às escondidas. Seria bem mais saudável largar a obsessão de só pensar naquilo e fazer sexo naturalmente com quem desejasse, sexo consentido e recíproco, livre e prazeroso. Sem as taras que possivelmente os atormentam e os fazem assim atormentar os outros.

Deixem as crianças em paz, tarados e taradas (Damares vem se revelando das piores taradas/obcecadas com sexo e com cores, obsessões tolas e sem sentido). Parem de enxergar pênis e vaginas onde devem ver as crianças brasileiras. Dei-

10 <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/travestis-cobram-divida-de-deputado-do-do-pp-gaucha-que-votou-pelo-impeachment-por-miguel-enriquez/>

xem-nas ser quem elas são, quem nasceram para ser, herdeiras da infinita diversidade humana, dos milhões de singularidades possíveis. Deem a elas oportunidades de se educarem, de desenvolverem suas aptidões, talentos e possibilidades. Ofereçam a elas oportunidades iguais, educação de qualidade (incluindo educação sexual, ambiental, midiática, para que possam lidar de maneira saudável com esses aspectos da vida), cuidados em saúde, protejam-nas de violências e agressões, proporcionem-lhes lazer, alegria, espaço físico digno e adequado. Ensinem-lhes a respeitar os outros, a praticar a beneficência e evitar a maleficência com humanos e não humanos, com o meio ambiente que as cerca e lhes permite a vida.

Uma criança sempre simboliza a esperança no futuro. No nosso imaginário, ela poderá ver um mundo melhor do que o que nós, adultos, vemos ou ainda poderemos ver. Na medida em que envelhecemos, nos resta cada vez menos tempo. Elas, as crianças, nos sucederão, passaremos o bastão para elas e sucessivamente para as gerações vindouras.

Pois muito bem, adultos ainda lúcidos e responsáveis: temos muito trabalho pela frente nos próximos anos. Para limpar essa lambança toda e deixar algo mais digno, um futuro no qual nossas crianças possam viver e amar livremente, com responsabilidade, tendo a justiça e a solidariedade incorporadas como valores fundamentais, como a nossa mais importante herança para elas.

Originalmente disponível em: <https://www.jornalja.com.br/colunas/os-tarados-e-taradas-do-brasil-pos-socialismo-imaginario/>

Liberdade para escolher o fascismo ou como conviver com a decepção? (03/12/2019)

Este texto é sobre decepção e parte de uma experiência pessoal: eu ouvi de uma eleitora inconfessa de Bolsonaro que ela é (sic) “a favor da liberdade, sempre!” Vejam só que coisa mais curiosa. Alega o apreço pela liberdade para escolher a... negação da liberdade! O fascismo, o autoritarismo, a ignorância que já está trazendo consequências socioambientais gra-

víssimas para o país. Não esperem análises sociopolíticas nos próximos parágrafos, contudo: o foco deste texto é pessoal, psicológico e atitudinal, na linha de refletir sobre como lidar com pessoas próximas que decepcionaram a gente até o limite do suportável?

Eu não sei a resposta. Quero apenas compartilhar a dor da decepção profunda com meus pares, leitoras e leitores, porque estamos juntos nessa viagem ao fundo do poço. Mesmo arrastados à força, como nação, para a caverna de Platão e depois à borda da terra plana, tentemos raciocinar com clareza e analisemos, primeiramente, o que eleitores do “coiso” cancelaram ao apertar o dezessete na urna: apologia à tortura e à figura de torturadores abjetos, ao extermínio de opositores (incluindo a esquerda política, na qual me incluo... ou seja, eleitores do “coiso” cancelam a minha aniquilação física), à violência, às armas na mão de qualquer despreparado. Apoiam também homofobia, machismo, racismo, fake news, repetição de mentiras até que virem “verdade”, à lá Goebbels; fanatismo religioso, militarização, anticientificismo, perseguição aos professores, cortes em investimentos sociais, culturais e acadêmico-científicos, delírios reacionários do lunático Olavo de Carvalho, guru do presidente; o fim da proposta de educação sexual e para a cidadania nas escolas, a liberação de agrotóxicos perigosíssimos à saúde de humanos e não humanos (há mais de uma década proibidos pela União Europeia); a violência no campo, o fim da legislação ambiental e a entrega da Amazônia e do meio ambiente brasileiro em geral à exploração predatória, à grilagem de terras; a impunidade de “bandidos amigos” como Queiroz (cadê ele?) a corrupção policial (cuja pior expressão é a matança de jovens e crianças periféricas), a ação criminosa das milícias na periferia do Rio de Janeiro, a degradação das instituições democráticas. Há muito mais, se isso não fosse o suficiente. Mas eu acho que já é. Tudo que menciono aqui está fartamente documentado em vídeos do próprio falando, bem como em áudios, fotografias, matérias de jornalismo investigativo, declarações em várias mídias, trabalhos acadêmicos. No final do texto tem links para algumas dessas fontes, embora eu desconfie que as pessoas

para as quais o texto é dirigido recusem-se a consultá-las. Têm preguiça, preferem o conforto da sua caverna de Platão cotidiana, cheia de autoindulgência. Muitas das aberrações são antigas e já circulavam na internet quando da campanha presidencial, ou seja, as pessoas escolheram essa infâmia, deliberadamente.

Poderão dizer: mas nem sempre apoiamos tudo que faz um candidato que elegemos. Por certo que não, eu mesma já discordei com veemência de candidatas/os em quem votei, mas agora há uma linha que foi cruzada, a linha do inadmissível ético. Vejamos o que sempre houve: decisões econômicas equivocadas, relações “perigosas” com empreiteiros, alianças esdrúxulas, concessões a corruptos e pequenas corrupções, vaidade em excesso. Todos, absolutamente todos/as os/as governantes que temos elegido no Brasil desde a redemocratização apresentaram algum tipo de conduta semelhante. Todos/as, contudo, mantiveram postura relativamente digna, não interferindo diretamente com as regras formais de um Estado democrático de direito (a exceção, talvez, de Collor de Mello; diga-se de passagem, quem votou em Collor em 1989, provavelmente votou no “coiso” em 2018). Profundamente lamentáveis tais ações, por certo, mas infelizmente banalizadas no nosso país e no “jogo democrático” da política partidária brasileira; não é disso que se trata. É algo ainda muito mais repugnante. É a apologia à violência, à tortura, ao autoritarismo, é ameaça de novo AI-5, é fascismo (prometo um texto mais teórico sobre, neste só quero compartilhar a dor, é um texto sentido e doído, como nós estamos).

Onde, afinal, a liberdade alegada entraria nessa tragédia nacional? Nesse pesadelo que levou um país que há poucos anos era considerado uma potência emergente, respeitado no mundo todo, ao fundo do poço? À posição de pária internacional? (<http://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/04/10/100-dias-que-mudaram-a-posicao-do-brasil-no-mundo/>) (<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-48402241>).

Depois de reveladas as conversas da “Vaza-jato” (<http://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>), ficou claro com que tipo de gente estamos lidando. Que tipo de desqualificados

são procuradores e ex-juízes, atuais ministros que agem contra a lei e o decoro para defender seus patrões (<https://blogdosa-kamoto.blogosfera.uol.com.br/2019/11/29/moro-usou-pf-para-intimidar-porteiro-e-protoger-cla-bolsonaro-diz-freixo/>).

A perseguição aos professores e o Anti-intelectualismo são também característicos de regimes políticos ditatoriais, sempre hostis à ciência e ao pensamento crítico/reflexivo. (http://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/14/politica/1557790165_316536.html) – “Campanha ‘anti-doutrinação’ contra professores eleva estresse em sala de aula: Clima de perseguição estimulado por Bolsonaro e Escola sem Partido geram ambiente de permanente tensão, relatam profissionais de centros públicos e privados”.

Quando uma pessoa muito próxima a você chancela tudo isso, mostrando que ela não é o que você pensou que ela era durante toda a sua vida, o baque é grande. Chega a doer no corpo. Tira o ar, traz o choro, o mal-estar, a “dor na boca do estômago”. No meu caso, foi destruidor. Chorei por várias noites. Não podia acreditar. Não tem nada a ver com “diferenças políticas”. Isso seria se ela tivesse votado no Opus Dei Alckmin, ou no patético neoliberal Amoedo; eu sacudiria a cabeça, diria “tsc, tsc, tsc” e seguiria em frente, normalmente. É da vida, pessoas caindo na cantilena “neoliberal na economia e conservadora nos costumes” há aos montes por aí. Mas dá pra conviver com essas diferenças, na maioria dos casos.

Com apoiadores do “coiso”, entretanto, a coisa vai para muito além disso. Trata-se de alguém que você ama defendendo Brilhante Ustra, torturador sádico psicopata que, dentre outras crueldades insanas, levou os filhos de Amelinha Teles para vê-la durante uma sessão de tortura, toda machucada, cheia de hematomas, nua, urinada, sangrando, amarrada à “cadeira de dragão”. Edson e Janaína tinham quatro e cinco anos de idade, na ocasião. O “coiso” adora, baba de satisfação ao falar o nome desse criminoso abjeto que foi Brilhante Ustra. E a pessoa que você confiava mais do que 100%, a quem você entregaria sua filha, sua vida e segurança, se fosse preciso, vota nele “pela liberdade”. Como você se sentiria...? Pois eu me sinto destruída, de coração partido. (<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/03/31/como-a-ditadu>

ra-sequestrou-criancas-e-torturou-familias-inteiras-para-obter-delacoes.htm). (<https://www.estadao.com.br/politica/torturado-quando-bebe-filho-de-preso-politico-se-suicida/>).

Agora estou tentando fazer o que a minha amiga Virgínia Pacheco propôs, quando me contou que estava usando uma “técnica” ela própria (é psicóloga e trabalha com técnicas corporais e de visualização criativa): com pessoas que ela gostava muito, ela ignorava o discurso absurdo e olhava direto no coração delas. Desconsiderava a capa de desinformação, cegueira e egoísmo que obnubilava a visão de mundo delas e focava direto no coração, naquele pulsar que estivera ligado ao dela durante boa parte da sua vida. Acrescentou que só funcionava com quem ela amava de verdade. Ainda não sei se vai funcionar comigo. São valores, crenças e lutas de uma vida inteira. É a dignidade humana, é a integridade ético-moral como um valor supremo. É coisa muito séria, o mais importante que temos na vida. É o que somos, é o valor da vida que vivemos; frágil, um sopro, mas o que fazemos dela é tudo o que temos. O que ficará dessa vida, que legado? Fazemos filhos, escrevemos livros, trabalhamos, amamos e nos tornamos quem somos, seres políticos que constroem o mundo na ação e no discurso. Vamo-nos tornando quem sempre seremos depois que tivermos ido embora do mundo.

Essa semana li sobre Aldo Leopold (1887-1948), um conservacionista que trabalhou em serviços florestais e foi também filósofo, no livro “O fim do império cognitivo”, de Boaventura de Sousa Santos. Aldo escreveu um ensaio, *Land Ethics*, no qual escreveu: “Quando encaramos a terra como uma comunidade à qual pertencemos, poderemos começar a usá-la com amor e respeito”. Defendia uma responsabilidade moral no uso da terra, na relação com a natureza, bem antes de o movimento ambientalista existir como tal. Deixou esse legado, tão importante e necessário, para as gerações vindouras.

A gente encontra essa delicadeza, essa sabedoria, quando visita agroecologistas ou comunidades de permacultura, por exemplo. Esse posicionamento em relação ao ambiente é exatamente o oposto ao dos grileiros de terra, ruralistas latifundiários, as gentes mal-encaradas da “bancada do boi”. São

toscas, brutos, destroem a natureza, maltratam os animais, matam ativistas como Dorothy Stang e Chico Mendes, desmatam, envenenam, agredem, tudo por dinheiro e poder. Isso é o bolsonarismo, essa tosqueira feia, criminosa e brutal. Mandam os jagunços, pessoas pobres (eles são ricos), embrutecidas, fazerem o serviço sujo e ficam nas casas grandes – ou em Brasília – com o ** na mão, como dizia Renato Russo. Eles apoiaram e ajudaram a eleger o “coiso”, visando à fragilização da legislação ambiental e das instituições que buscam fiscalizar a violência no campo e coibir o uso indiscriminado de venenos. Como, pergunto-me como, pessoas que eu julgava delicadas em relação à vida, à natureza, podem aderir a essa brutalidade medonha? Chancelá-la?

Aprendi com essa terrível situação que vivemos desde o ano passado que as noções de dignidade e justiça não valem nada para algumas pessoas que eu achava que conhecia bem. Não é simples desinformação, embora haja desinformação massiva; não é simples alienação, conceito que não dá conta do mundo hiper-real contemporâneo, embora haja alienação em alguma medida. Mas a dimensão em tela é a dos valores e crenças mais profundos e importantes, mediada pelos afetos; algo que eu não tinha vivenciado ainda, por não ter presenciado o golpe de 1964 e o ambiente social durante os anos de chumbo (nasci no final dos anos 1960 e comecei a militância política durante a campanha das “Diretas Já”, em 1984, aos 16 anos).

Conheço muita gente no Rio de Janeiro e um desses amigos, que cresceu no Rio das Pedras, me contou que Flavio Bolsonaro frequentemente aparecia por lá. As ligações da “família” com os milicianos do Escritório do Crime são públicas e notórias e fartamente documentadas pelos meios de comunicação (embora esses tenham uma relação ambígua com o governo fascista e miliciano, por vezes naturalizando ou minimizando os crimes cometidos). Agora que foi citado na investigação do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes, Carlos Bolsonaro, o “Carluxo”, apagou suas redes sociais e sumiu com o seu computador. Significativo, não?!

Nessa semana que vai terminando, o abjeto ser que absurdamente ocupa a cadeira presidencial foi denunciado ao Tribu-

nal Penal Internacional (TPI) pelos crimes contra a humanidade que vem praticando: (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/11/bolsonaro-e-denunciado-ao-tribunal-penal-internacional-por-crimes-contra-a-humanidade.shtml>) (<http://valor.globo.com/politica/noticia/2019/11/28/bolsonaro-e-denunciado-por-crimes-contra-humanidade-ao-tribunal-penal-internacional.ghhtml>).

Custo a crer que isso vá ter o resultado que deveria, dado que as instituições democráticas estão muito erodidas pelo tação neoliberal que esmaga a sociedade global. Os senhores do dinheiro e da guerra, os que realmente mandam no mundo, sustentam no poder quem, em nível local, faz o serviço sujo de retirar direitos trabalhistas, não permite a ampliação dos direitos de cidadania aos mais frágeis, retira entraves à acumulação do capital como as regras do jogo do neoliberalismo exigem. E o “coiso” se encontra entre eles, com seu mentiroso discurso de “empreendedorismo”, quando o que existe na realidade dos mais pobres é precarização, retirada de direitos sociais e desespero.

O recente livro do cientista político Yascha Mounk, *Povo Vs. Democracia: saiba porque a nossa liberdade está em perigo* (editora Lua de Papel, 2019) explica que o coquetel explosivo de desigualdade crescente, migrações e deslocamentos globais, redes sociais amplificando vozes fascistas (bichos escrotos saíram dos esgotos) e economia em crise levou a eventos como Brexit e eleição de Trump e Bolsonaro, criando a desconsolidação das democracias e a ameaça às liberdades coletivas e individuais. Há um método nas aparentes maluquices de Trump e Bolsonaro, como esta última de acusar o ator Leonardo DiCaprio de ter ateado fogo na Amazônia. Manter as pessoas sempre ocupadas em comentar e reagir às sandices, enquanto a agenda de destruição vai avançando, é uma técnica (provavelmente não elaborada por ele, que é intelectualmente limítrofe, embora seja um espertalhão).

O sinistro, digo, ministro da educação diz que universidades plantam maconha e produzem drogas sintéticas em laboratório (<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/11/22/ministro-diz-que-ha-plantacoes-de-maconha-em-universi>

dades-reitores-criticam-ataques-e-retorica-agressiva.shtml). A sinistra, digo, ministra da “família”, Damares Alves, anuncia que meninos usam azul e meninas usam rosa, e promete pintar de rosa as salas das delegacias para conter a violência doméstica. Acrescenta que na sua “concepção cristã” a mulher deve ser submissa ao homem no casamento, enquanto vai à Hungria do fascista Victor Orban vociferar que agora o Brasil é amigo da família cristã conservadora (<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/damares-diz-que-mulher-deve-ser-submissa-ao-homem-no-casamento/>), (<http://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/09/14/governo-bolsonaro-articula-alianca-internacional-pro-familia/>).

O novo pirado, digo, o novo presidente da Funarte disse que os Beatles surgiram para desestabilizar a “família tradicional americana”, incentivar o aborto e implantar o comunismo. Sim, poderia ser uma comédia..., mas é uma tragédia.

Perguntei à minha amiga Marta Porto, cuja opinião respeito muito (pela trajetória brilhante que teve, por ser uma das pessoas mais inteligentes que eu conheço e por seu trânsito no multilateralismo), se se poderia ter esperança na seriedade do processo junto ao TPI, ao que ela respondeu (transcrevo a resposta dela na rede social Facebook): Marta Porto: “Marília, difícil dizer. Mas é um passo gigante essa denúncia. E os humores da comunidade internacional com Bolsonaro são os mais terríveis. Todos os grandes líderes globais têm ojeriza ao miliciano e seus comparsas e um dos signatários mais importantes é o Paulo Sérgio Pinheiro que foi relator da ONU para a Síria e é respeitadíssimo no TPI. A ver. O certo é que estarei em Genebra usando todas as encruzilhadas para ver esse bandido ter o que merece”.

Enquanto isso, no Brasil, o judiciário está completamente aparelhado, virou um partido político que sequer disfarça a sua total falta de apreço pela lei. O STF, por venalidade, desonestidade ou mesmo medo de morrer (o filho de Teori nunca engoliu a versão oficial sobre a morte de seu pai: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/01/04/um-ano-apos-acidente-filho-de-teori-diz-nao-descartar-ho-micidio-do-pai-sao-tantas-coincidencias.htm>), deixa o barco correr, a deriva, enquanto usufrui de privilégios obscenos, co-

mendo lagosta às nossas custas (<http://g1.globo.com/politica/noticia/2019/05/07/juiz-do-trf-1-libera-licitacao-do-stf-para-compra-de-vinhos-e-lagosta.ghml>).

Da mesma forma, as instituições multilaterais estão fragilizadas e não detêm poder real de veto nesses casos de crimes de lesa-pátria e lesa-humanidade. Isso tudo no nível macrosocial; porque no micro, as famílias seguem se despedaçando e disfarçando, tentando fingir que está tudo bem. Não está. Talvez nunca mais volte a ficar. Hitler, Mussolini, Salazar, Franco, Pinochet, Médici, Bolsonaro, Orban, Duterte... ditadores efetivos do passado ou ditadores *wannabe* do presente, a direita que conseguiu seduzir pessoas ingênuas do sul ao norte do mundo (não cito Stálin porque o texto é sobre ditaduras de extrema direita, mas está no mesmo nível, registre-se. Sim, em muitos pontos sou arendtiana. Podem me crucificar, comunistas).

As máscaras caíram e as pessoas se assumiram como defensoras do fascismo, ao votar em Bolsonaro. Fico pensando o quanto meu pai e minha mãe investiram na nossa formação moral, acadêmica, intelectual: tanto trabalho, empenho, sacrifícios, despesas, para em 2018... que tristeza, mas deixa pra lá. Está na hora de terminar o texto.

Lembro que alunos meus perguntaram: “Como o povo alemão pôde cancelar os horrores do nazismo? Como?!” Bem, agora a gente sabe como. Exatamente como parentes nossos estão cancelando os crimes dos milicianos ora no poder. E aqueles que entregavam seus vizinhos aos sabujos de Hitler, pensando que se salvariam por isso? “Quem seria capaz dessa covardia?” Bom, agora a gente sabe exatamente quem seria. E nunca mais vai confiar neles/as como confiava antes. HashtagMedo, doravante. Cuidem-se, escondam as agendas dos familiares bolsonaristas. Nunca se sabe se, ou quando, a coisa vai desandar para uma ditadura efetiva.

Alguns dos Links dos milhares de evidências (acrescente o seu link nos comentários deste post):

<http://theintercept.com/2019/01/22/bolsonaros-milicias/>

<http://revistaforum.com.br/blogs/ocolunista/dezesesseis-anos-de-milicias/>

Assassino das estradas:

<http://catracalivre.com.br/cidadania/retirada-de-radares-fez-aumentar-no-de-mortes-nas-estradas/>

Bolsonaro em 5 minutos – vídeos assustadores:

<http://www.youtube.com/watch?v=ghCP4r-hzYI>

<http://www.youtube.com/watch?v=R44EN0VuNqM>

A Aliança pelo Brasil é o primeiro partido neofascista do país:

<http://theintercept.com/2019/11/17/alianca-pelo-brasil-bolsonaro-neofascista/>

Dossiê recuperado de: http://d3n8a8pro7vhmx.cloudfront.net/hadad/pages/553/attachments/original/1540508906/Dossi%C3%AA_Bolsonaro.pdf

Originalmente disponível em: <https://www.jornalja.com.br/colunas/marilia-veronese-liberdade-para-escolher-o-fascismo-ou-como-conviver-com-a-decepcao/>

**FASE PANDÊMICA
SEM CONDIÇÕES DE MANTER
COLUNAS, SOMENTE TEXTOS
OCASIONAIS**

HUMANOIDES, PARADOXOS E JACARÉS (PUBLICADO NA REVISTA ELETRÔNICA IGNORÂNCIA TIMES N. 11, EM 2020)

A coisa mais difícil para os animais humanos é entender – e lidar – com as características fundamentais da sua existência. Aquelas que, acredito, os define ontologicamente: os paradoxos, as contradições, as ambiguidades e as ambivalências. Toda a nossa experiência com as coisas do mundo é paradoxal, inexata, relativa, inconclusa e incerta. Os significantes têm vários significados que geram controvérsia e conflito. Essa, talvez, seja a marca principal da espécie que criou culturas, ciências, artes, religiões e demais formas de saberes muito variados. Chamam a si mesmos de *Homo sapiens sapiens*, mas as vezes agem de forma mais insensata do que seus ancestrais peludos jamais fariam: os homens, esses macacos pelados, podem mesmo ter involuído, se olharmos as escolhas que têm feito, mundo afora.

Humanoides lidam muito mal com o entendimento complexo das coisas do mundo. Ou se fecham em paradigmas que negam as contradições e acreditam em verdades únicas e atemporais, ou viram relativistas, achando que a verdade é algo anacrônico, impossível. Em outros termos, ou é determinismo, ou é relativismo total, niilismo mal disfarçado, zoeira com tudo (até com o voto, que pode decidir se, nos próximos anos, a vida vai ser apenas ruim ou virar calamidade pública).

Um primeiro exemplo que posso fornecer dessa hipótese é o que estamos a viver agora, com a pandemia de Covid-19 e a relação ciência x senso comum. Toda a minha formação como psicóloga e cientista social eu afirmei a necessidade de questionar a ciência moderna e o método científico como único critério para produzir conhecimento válido. A arrogância da ciência moderna, que se augurou o direito de ser o único conhecimento verdadeiro, arrastou à condição de resíduo, magia, superstição ou ignorância, todos os conhecimentos que não cabiam nos seus cânones. Com isso, reforçou as desigualdades, no processo que Boaventura de Sousa Santos e Paula Meneses chamam de injustiça cognitiva. O senso comum, os saberes dos povos

tradicionais, o conhecimento cotidiano do povo periférico, dos camponeses, nada disso teria valor, diante da ciência que teria a verdade na mão. Boaventura chama isso de razão arrogante, típica da ciência eurocêntrica/nortecêntrica que vem reproduzindo desigualdades e exclusões desde o século XVII.

Pois bem, eis que hoje nos vemos obrigados a defender a ciência e o tipo de conhecimento rigoroso e fundamentado que ela produz, no caso da saúde pública e das vacinas. Paradoxal, não é? Sim, bem-vindos ao mundo humanoide. A ciência, lá pelo século XVII, XVIII, teve de romper radicalmente com o senso comum para se estabelecer como um conhecimento diferenciado, metódico, justificado e fundamentado. Daí a diferença entre ciência e senso comum, que é um conhecimento sem fundamentação, sem rigor, a famosa “opinião”.

Acontece que ele não está sempre errado, não é bom ou ruim por si só; pode ser tanto uma valiosa experiência adquirida de modo não sistemático, como uma opinião idiota, adquirida com vídeos de ‘influenciadores’ reacionários no Youtube. Nossas sábias avós sabiam qual chá fazia bem para doenças mais simples, mesmo que desconhecessem seu princípio ativo; esses conhecimentos, passaram para suas filhas, que os passaram para nós. Isso é um exemplo de conhecimento assistemático do senso comum que é valioso e útil.

Quanto à ciência, são muitas as suas ramificações, áreas de atuação, métodos, objetos de estudo, resultados e uso que se faz deles; algumas reconciliaram-se com o senso comum, estabelecendo uma aliança produtiva com ele, outras continuam atuando contra ele, menosprezando-o, ignorando-o ou demonizando-o. No caso da ciência da saúde pública ou saúde coletiva (este último um termo brasileiro), a noção de bem comum é fundamental. E eis que agora parte do senso comum se volta contra a ciência, sendo reforçada por governantes inescrupulosos, praticantes de uma necropolítica genocida, presidida por uma pulsão de morte tétrica. E nós, que sempre criticamos o afã da ciência de legitimar-se como único conhecimento válido, temos agora de defendê-la com veemência e militância: é ela que tem de orientar as ações numa pandemia global de trágicas consequências. Não é a opinião da sua tia,

nem do seu vizinho reacionário. Isso é apenas senso comum de má qualidade, sem serventia para ninguém.

Outro exemplo: o sistema multilateral da ONU. Sabemos que não tem a efetividade que deveria ter, que cede às pressões dos poderosos, que tem limites, especialmente quando o assunto envolve os EUA e seus interesses. Não há uma resolução satisfatória para conflitos internacionais graves e, em geral, não há pressão efetiva sobre os atores do grande capital, como as corporações descumpridoras de legislação ambiental e trabalhista. Mesmo assim, precisamos acreditar no multilateralismo e defender o legado das declarações de direitos humanos como orientador da ordem jurídica dos países e das relações das pessoas entre si. Criticar a ONU e defender suas proposições, ao mesmo tempo; e é aí que reside o problema.

Humanoides são ruins para entender o “ao mesmo tempo”, para substituir o “isso OU aquilo” pelo “isso E aquilo”. Para eles, ou é uma coisa, ou é outra; pensam através de dicotomias estáticas, como ruim-bom, feio-bonito, branco-preto, racional-irracional, certo-errado, verdade-mentira, homem-mulher, primitivo-desenvolvido etc. Há diferentes nuances entre essas categorias todas. É aí que reside a dificuldade dos humanoides pouco afeitos à atitude crítica e reflexiva diante das coisas; pois essa atitude leva à relativização de algumas certezas e a buscar o possível quando o desejável não for factível.

Pode-se citar outros exemplos; me ocorrem pelo menos dois mais. O primeiro é sobre os partidos políticos, hoje tão demonizados. São, por certo, instituições desgastadas por atuações questionáveis e atitudes pouco republicanas ao longo das crises políticas do país. Contudo, são e foram importantes e fazem parte do sistema democrático de representação política; no Brasil, contribuíram muito no processo de redemocratização e retomada da vida coletiva em uma democracia, em meados dos anos 1980. Então, esse ódio anti-partido (cinicamente capitaneado por quem fez parte de partidos por 30 anos, se locupletando na estrutura partidária) está mais a serviço dos maus partidos do que da democracia em que todos eles foram formados. A democracia eleitoral atrai os bons e os canalhas – e toda a massa multiforme no meio deles.

Haja reflexão cuidadosa e informação constante nas melhores fontes para separar o joio do trigo; pois sem a democracia já vimos que é bem pior, em 24 anos de ditadura.

O segundo caso: a indústria farmacêutica. Sabemos, sim, que as gigantes do setor têm vários crimes nas costas... o que motivou o médico dinamarquês Peter Gotzsche a chamá-las de máfia, no livro *Medicamentos Mortais e Crime Organizado* (editora Bookman, 2016). Existem e circulam também as teorias da conspiração acerca da Big Pharma, que pegam pedaços de verdade e os potencializam com toques de ficção. No entanto, essas empresas fazem pesquisa, desenvolvem medicamentos que precisamos e, por vezes, temos necessidade delas produtivas, para ter acesso em larga escala às medicações e vacinas que vão manter as populações imunizadas e com tratamentos disponíveis. Aliás, bons tempos em que tínhamos um governo que quebrava patentes das poderosas/gananciosas farmacêuticas para poder tratar soropositivos e doentes de AIDS, né?! Em 2007 a gente era feliz e... bom, eu acho que sabia.

Ainda mais um exemplo: nossos profissionais da saúde, médicos, enfermeiros, técnicos, fisioterapeutas, a lista de profissões da saúde é longa – que têm se matado e adoecido de tanto trabalhar, combatendo a pandemia, na linha de frente do cuidado. São verdadeiros heróis e heroínas. Outros profissionais da área da saúde, contudo, louvam o atual presidente, receitam Cloroquina e Ivermectina como salvadores, afirmam que quem tem “tratamento precoce” não precisa de vacina. O campo está dividido, o que levou uma amiga médica a usar a terminologia *medminion*, que se refere aos médicos partidários do atual governo (que, infelizmente, abundam) e se colocam contrários à necessidade de vacina. Esses profissionais frequentaram as mesmas boas escolas de medicina do país, públicas e privadas. Então, *que pasa?*

Passa que os humanoides são assim, pouco afeitos à racionalidade das coisas (independentemente do nível de educação formal), tendo grande dificuldade de criar consensos mínimos. Funcionam mais na base dos afetos (positivos e negativos), das ideologias que os subjetivam e abraçam, da religiosidade. Alguém duvida da enorme importância das pro-

fissões da saúde para o nosso bem-estar? Acho que ninguém. O que não significa que não se possa criticar maus profissionais em qualquer área; ao fazê-lo, não se está desqualificando uma classe profissional inteira. O problema é que áreas como a medicina e o direito funcionam na base de um corporativismo feroz, que repele crítica e autocritica – necessárias para a renovação e a melhoria – como algo ameaçador e ofensivo. Criticar a medicina e defender os profissionais de saúde, tudo ao mesmo tempo agora, mais uma demanda perturbadora da realidade que vivemos.

Ainda no campo médico, temos mais um exemplo na disputa tecnologia X natureza dos processos fisiológicos, como no caso do movimento social pela humanização do parto e do nascimento, que acompanho de perto. Ninguém discorda que a tecnologia salva vidas e as mulheres e seus bebês têm direito a acessá-la. A luta do Movimento é para ter respeitada a fisiologia natural do parto, quando este tem risco habitual (baixo). Excesso de tecnologia, cirurgias desnecessárias, ocitocina sintética sem indicação, hospitalocentrismo, podem prejudicar mais que ajudar; são recursos importantes somente quando corretamente indicados, ou geram iatrogenia e desfechos ruins. Alguns médicos, furibundos, chamam as mães militantes de “indíás”, “hippies” e as amaldiçoam por atrapalharem suas agendas tecnologicistas/financeiras. Quem não conhece o problema, sugiro assistir à trilogia de filmes “O renascimento do Parto”; já está na Netflix. Aqui o chamado *old good common sense*, ou velho e sábio bom senso, aponta: o melhor é o mais natural e fisiológico possível, mas tendo acesso à tecnologia hospitalar e medicamentosa quando ela for realmente necessária, jamais por conveniências corporativas venais de médicos que querem organizar seu calendário antecipadamente e assim fazer mais dinheiro.

São muitos os exemplos que mostram que precisamos examinar cada situação em seu contexto, que é sempre singular e demanda solução ad hoc. Nem sempre protocolos e padrões são a melhor escolha, mesmo que sejam necessários e importantes. Isso se aplica à vacinação em massa, vital em tempos de pandemia: temos de priorizar o conhecimen-

to científico e contar com articulações entre o Estado e o setor farmacêutico privado. Porque o contexto assim o exige e o bom senso, ou senso comum sábio, sabe disso.

Finalmente, porque não posso passar das quatro páginas segundo me avisou o Gilmar, o exemplo da religião. O sociólogo Max Weber demonstrou bem como religião é cultura e a cultura ajuda a moldar ações, comportamentos e crenças. As religiões institucionalizadas têm dolorosos crimes nas costas – cruzadas, “santa” inquisição, venda de cadeiras no céu, homens-bomba que matam milhares e mais recentemente o neopentecostalismo conservador tem feito muito estrago mundo afora.

Mas também não se pode ignorar que a janela aberta para a transcendência que a religiosidade/espiritualidade proporciona faz bem a muita gente, cuja fé sustenta e alenta durante a caminhada da vida. Há ainda as versões oriundas da Teologia da Libertação, produto latino-americano, que interpretam a mensagem de Cristo como necessidade de promover justiça, solidariedade e amor aqui na Terra, sendo comunitarista e politizada. Figuras como a pastora Lusmarina Campos Garcia, o pastor Henrique Vieira, o padre Julio Lancelotti, o ex-frei Leonardo Boff, D. Oscar Romero, D. Paulo Evaristo Arns, D. Ivo Lorscheiter, irmã Ivone Gebara e irmã Lourdes Dill são alguns dos exemplos de dedicação às boas causas desse mundo. O próprio Papa Francisco também o é. Ou seja, não convém igualar religião e sua prática à “ignorância”, o que vejo alguns amigos fazendo e sempre aviso que discordo deles.

Atualmente, porém, o que temos visto é uma mistura explosiva de fanatismo religioso, fake news em massa, preconceitos, reacionarismo, homofobia e racismo, tudo isso sendo elevado ao status de “virtude” por versões conservadoras de religiões institucionalizadas. Um senso comum da pior qualidade, alimentado por escroques da laia de Olavo de Carvalho e similares, usa a religião na sua pior versão para manipular quem assim o deseja. Sim, está cheio de gente ansiosa para ser manipulada, desde que encontre um grupo de “iguais” que o acolha e o faça sentir que pertence a uma “causa”, porque isso gera sentido na vida.

Finalizando, quero argumentar, porém, que há coisas que não são relativizáveis, embora a relativização seja importante. A própria afirmação “tudo é relativo” contém em si mesma sua negação, já que ela faz parte do “tudo”; então, ela mesma é relativa. Bom, se posso relativizar a premissa de que tudo é relativo, pois essa proposição também pode ser condicionada, chegou a hora, ao final deste texto.

Mas o que, então, não é relativizável? Que temos um (des)presidente chefe miliciano, bandido, antes aquadrilhado no condomínio vivendas-da-barra-pesada, que milhões de irresponsáveis obnubilados mandaram para o Palácio do Planalto. É ignorante e tosco, mas também espertalhão; envolvido com rachadinhas e outros crimes, mesmo assim um bando de idiotas o idolatra e sua rede de fake news e desinformação, agora financiada com dinheiro público graúdo, segue obtendo sucesso. Para esses, não existe boa ciência, não existe senso comum inteligente, útil e sensato. Tudo é reduzido à pior pseudociência delirante e ao pior e mais baixo nível do senso comum, em que impera o preconceito, o ódio, a pulsão de morte, o tiro no próprio pé.

O resultado está aí: rumo às duzentas mil vidas perdidas e ao desmonte de um país que parece sempre se boicotar, em looping. As instituições “seguem funcionando” no modo eterno boicote ao projeto de nação moderna onde haja igualdade de oportunidades e vida digna para todas as classes e grupos sociais. Então as circunstâncias, meus caros e caras, são essas. Boa sorte aos humanoides; eles vão precisar. Quanto a mim, eu estou aqui me transformando em jacaré, preventivamente, mesmo antes da vacina chegar.

Originalmente disponível em: <https://ignoranciatimes.com.br/maria-verrissimo-humanoides-paradoxos-e-jacares>

**CONSIDERAÇÕES FINAIS – MUITO
PROVISÓRIAS, JÁ QUE O BARCO
SEGUE NAVEGANDO NA TEMPESTADE,
E O TREM CORRENDO A TODA
VELOCIDADE**

Passou-se um tempo considerável desde a escrita desse último texto. Corre o ano da graça de 2022. Já tomei quatro doses da vacina; tive Covid, entre a terceira e a quarta (peguei de um contraparente bolsomínion, olhem a ironia do destino); a universidade onde trabalho vai fechar metade de seus programas de pós-graduação *stricto sensu*; colegas adoecem, negando seu estado depressivo.

A vida tem dado piruetas insanas, mas os dias, semanas e meses se sucedem; pessoas morrem, pessoas nascem... a plataforma dessa estação é a vida (e a morte) desse nosso lugar. Seguimos por aqui, sobrevivemos à pandemia e ao pandemônio bolsonarista. Estamos em ano de eleições, portanto é impossível não falar delas. Lula lidera as pesquisas, mas não se duvida da torpeza dos atores sociais que sustentam Bolsonaro, por isso não convém cantar vitória antes do tempo.

Novamente, leitores e leitoras, o fluxo torrencial da vida me fez interromper a escrita. Nesse epílogo, depois do qual o livro precisa ser publicado logo ou mais uma vez perderá atualidade, narro a visão do início do ano da graça de 2023. Realmente, conseguimos! A curiosa chapa (para quem segue a política brasileira há mais de trinta anos, como eu) Lula/Alckmin venceu as eleições e pudemos respirar aliviadas. Pelo menos temporariamente! Nos permitimos algumas semanas de alegria, por ter vencido a máquina pública toda a serviço da reeleição do inominável; a produção sistemática de mentiras e crimes dissimulados; o cinismo que acompanha esse fascismo militarizado versão século XXI.

A campanha foi memorável... e me fez experimentar estados mentais alterados. Por exemplo esse, que postei em 26 de outubro de 2022: *“Eu estou curtindo postagens de João Amoedo e de Alexandre Frota, chorando em vídeos da Maitê Proença e da Xuxa, amando os vídeos do Peninha e comentando emocionada os posts do Alckmin. Acaba logo, eleição, ou vou ter uma crise de identidade... 😊”*. A postagem rendeu curtidas e risadas. E nos ensinou que a vida é assim: cheia de reviravoltas, surpresas e ambiguidades. Sofremos um bocado, vivemos coisas surreais nesses quatro anos de tortura e tormento. Deixo meu ilustre primo falar por mim na figura que segue, *print* de uma crônica sua no Jornal paulista Estadão:



L.F. VERISSIMO

Malucos e malucos

O Lula disse que o Brasil está sendo governado por um bando de malucos. Exagero, claro. É difícil associar o que acontece no Brasil hoje com qualquer atividade que lembre o verbo “governar”. A mesma coisa com o termo “bando”, que, bem ou mal, evoca algum tipo de organização. Lula também exagerou ao chamar de “malucos” os que se aproveitam da confusão para promover seus projetos políticos pessoais, e que de loucos não têm nada. No mais, o Lula tem razão.

A alusão mais precisa que Lula, talvez, procurasse para nossa situação seria a do manicômio dominado pelos pacientes. Este sentimento de um país à deriva, sem entender seu governo e sem entender a si mesmo, é – imagina-se – quase total, mesmo entre os que bolsonaram e esperavam em vão que o “mito” começasse a atuar, nem que fosse só na escolha de um ministério menos exótico. Um bando de malucos se apossando da administração de um país deixa o país tremebundo, mas institucionalmente de pé. Maluco se revoltando contra a instituição é outra coisa, mais grave. Não fica nem uma caneca de pé.

Os generais que ganharam uma nação de graça, sem necessidade de disfarçar farda com terno ou tanque com discurso, estão achando difícil a convivência com civis, chame-se Olavo ou não. Descobrem como eram melhores as revoluções clássicas, com tropas nas ruas. Mas os militares não podem se queixar muito. Se a eleição do Bolsonaro provou alguma coisa – e provou várias –, é que boa parte de 60 milhões de eleitores do país não deu a menor bola para o passado e os crimes das forças armadas brasileiras nos 20 anos da ditadura que o candidato vencedor diz que nunca aconteceu.

Nesta semana que passou, estourou mais um escândalo da Família Buscapé, digo, Bolsonaro, com as joias de 16,5 milhões ganhas da ditadura árabe, que pretenderam roubar do patrimônio público, mas não conseguiram graças à lisura dos funcionários da Receita Federal.

Tivemos ainda um ataque sem precedentes às sedes dos Três Poderes em Brasília, que ficou conhecido como o *8 de janeiro* fatídico. Destruição em massa por uma horda composta por fanáticos, saqueadores, bandidos, iludidos e imbecis. Nomeando-se patriotas, alguns foram parar no xilindró, infelizmente não todos. Alguns já foram soltos; eu acho uma pena, essa curta pena. Mereciam mais. Sabemos que seguirão disseminando mentiras – creiam nelas ou não – e minando a já frágil democracia brasileira.

Pelo menos, o Bolsa Família está sendo retomado, o que dá uma esperança de minimizar o desespero da fome de 33 milhões de pessoas nesse país. Que não parece despertar nenhum sentimento nos eleitores do hediondo palhaço macabro que chamam de “minto”. Digo, “mito”. “O novo Bolsa Família proposto pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve injetar R\$ 18 bilhões a mais na economia que a versão anterior do programa social do Executivo, o Auxílio Brasil. O valor mínimo pago às famílias beneficiárias continua em R\$ 600, mas o auxílio por crianças de até 6 anos elevou o custo total em cerca de R\$ 18 bilhões”. Fonte: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsa-familia-deve-injetar-r-18-bi-a-mais-na-economia-do-que-auxilio/>

Agora, para acabar com a fome no Brasil seria preciso fazer o que recomenda a professora Elaine de Azevedo, nutricionista, mestre em Agrossistemas e doutora em Sociologia Política pela UFSC. Professora no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. “*O desafio primeiro é dedicar um bom e suficiente orçamento para cumprir as metas de combate à fome. O segundo é finalmente ter coragem de fazer a reforma agrária, de descriminalizar quem ocupa terras improdutivas e demarcar definitivamente todos os territórios indígenas e quilombolas. O terceiro é legitimar a agricultura familiar que produz comida, segurança e soberania alimentar como um sistema*

tão importante quanto o agronegócio que interfere no PIB e na balança comercial”. Utópico nesse país de canibais, que odeia e despreza os pobres, aporofóbico de norte a sul. Seguirão sendo toleradas medidas paliativas, mas que não mexam nos altos juros do sistema financeiro para remunerar os rentistas, que os remediados defendem apesar de lhes ferrarem a vida. E la nave va.

Nos permitiremos um 2023 de mais tranquilidade... Sabemos que ameaças pairam como nuvens ao longe e raios anunciando tempestade para o ano de 2024, quando figuras como Donald Trump e Ron DeSantis, governador da Flórida, populistas de extrema direita (nível máximo na Escala F do Adorno!) têm chance real de voltar/obter o poder nos Estados Unidos, o que seria terrível para a democracia brasileira. Aliás, seria terrível para o mundo todo. Tem a guerra do ridículo Putin contra a Ucrânia, assunto que não entro aqui, mas que preocupa e entristece. Contudo, 2023 está sendo um ano de certo alívio, em casa pelo menos.

Vamos aproveitar isso e seguir nas lutas por melhores dias e uma vida mais digna. Porque andar com fé não costuma falhar. Obrigada, Gilberto Gil.

REFERÊNCIAS

- BORDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- COSTA, Marta Nunes. A mulher como intelectual pública. **Revista DIAPHONÍA**, v. 5, n. 1, p. 175-181, 2019.
- GOMES, Juan Pablo Ferreira. O paradoxo da (in) tolerância em Karl Popper e os limites-fronteiras do discurso de ódio. **Revista Brasileira de Filosofia do Direito**, v. 7, n. 2, p. 18-34, 2021.
- GUARESCHI, Pedrinho; AMON, Denise; GUERRA, André. **Psicologia, comunicação e pós-verdade**. Porto Alegre: ABRAPSO, 2018.
- LABORIE, Pierre. Memória e opinião. *In*: AZEVEDO, Cecília et al. (org.). **Cultura Política Memória e Historiografia**. São Paulo: FGV, 2009.
- LÖWI, Michel. **Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários**. A evolução política de Lukács, 1909-1929. São Paulo: Lech, 1976.
- NUNES, Rodrigo. **Afetos e Política: uma Abordagem Transindividual**. Minicurso, PUC Rio, 2022.
- OLSEN, Örjan. Liderança de opinião vertical, horizontal, ou, quem sabe, ambas? **Revista SBPM**, Sociedade Brasileira de Pesquisa de Mercado, ano I, n. 4, 1997.
- PERLATTO, Fernando. Instituições e Desenvolvimento / Verbetes: “O intelectual público”. **Teoria e Cultura**, v. 10, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12246>.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Antologia essencial: construindo as Epistemologias do Sul**. Buenos Aires: CLACSO, 2018. (Antologias do Pensamento social latino-americano e caribenho, 1).
- SILVA, LUIZ A. O intelectual público na internet: o caso do vlogueiro Felipe Neto. **Revista GEMInIS**, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 75-86, 2013.

VERONESE, Marília. **A psicologia na transição paradigmática**: um estudo sobre o trabalho na economia solidária. 2004. 228 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.



CASA LEIRIA
Rua do Parque, 470
São Leopoldo-RS Brasil
casaleiria@casaleiria.com.br

Marília Veríssimo Veronese tem graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1991), mestrado e doutorado em Psicologia Social pela mesma universidade (1999, 2004). Realizou estágio sanduíche na Universidade de Havana em 2001 sob orientação do prof. Miguel Roca e no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra em 2003, sob orientação de Boaventura de Sousa Santos. Atualmente é professora Titular I da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), sendo coordenadora do grupo de pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa (ECOSOL) e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. É também pesquisadora associada ao grupo ECOSOL-CES, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, onde realizou o estágio de pós-doutorado (agosto de 2019 a fevereiro de 2020). Faz pesquisa nas áreas da Sociologia, da Psicologia Social e da Saúde Coletiva, em temas como economia solidária, cooperativismo e autogestão, trabalho, saúde, saúde mental, contemporaneidade e subjetividades. É pesquisadora nível 2 do CNPq. Apesar desse perfil acadêmico, gosta muito de escrever em veículos midiáticos, para divulgação científica ou simplesmente para ter maior liberdade de estilo, podendo escrever fora dos padrões de um texto científico. Este livro é um registro de suas experiências com textos de opinião.

Entre uma coisa e outra – gostos e preferências x consensos básicos necessários para a vida coletiva – há um vasto e complexo campo que envolve as visões de mundo, os ambientes tipificados onde vivemos e nos formamos, as ideias, as propostas, as manifestações que trazem inovação ou que mantém tradições. É terreno minado, cheio de possibilidades de acertos e enganos, emaranhado complexo. Para navegar esses mares incertos, uma coisa me parece certa: é preciso justificar, argumentar e fundamentar muito bem nossas interpretações do mundo. Isso sem pretender que se obscureça no debate a questão dos afetos, ou assumir uma perspectiva de ação comunicativa habermasiana, cujos limites são justamente os afetos humanos e sua “irracionalidade”, ou racionalidade própria, distinta da do cogito puro.

Marília Veríssimo Veronese

